

BIBLIOTECA SETORIAL
CENTRO DE CIÊNCIAS EDUCAÇÃO
CED-UFSC

MARCELA BARBOSA MARTINS

(BU)

**Educação Especial em Santa Catarina:
Gênese da Institucionalização
(décadas de 1950 e 1960)**



03576531

FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO DE 2003.

BIBLIOTECA SETORIAL
CENTRO DE CIÊNCIAS EDUCAÇÃO
CED - UFSC

BIBLIOTECA SETORIAL
CENTRO DE CIÊNCIAS EDUCAÇÃO
CED-UFSC

MARCELA BARBOSA MARTINS

**Educação Especial em Santa Catarina:
Gênese da Institucionalização
(décadas de 1950 e 1960)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Professora Doutora Marli Auras.

FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO DE 2003.

BIBLIOTECA SETORIAL
CENTRO DE CIÊNCIAS EDUCAÇÃO
CED - UFSC



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

"EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SANTA CATARINA: GÊNESE DA
INSTITUCIONALIZAÇÃO (DÉCADAS DE 1950 E 1960)"

Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do
Centro de Ciências da Educação em
cumprimento parcial para a obtenção
do título de Mestre em Educação

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 28/02/2003

Dra. Marli Auras (CED/UFSC-Orientadora)

Dra. Silvia Zanatta Da Ros (CED/UFSC-Examinadora)

Dra. Ronice Muller Quadros (CED/UFSC-Examinadora)

Dra. Andréa Vieira Zanella (PSI/UFSC-Examinadora)

Dra. Maria Célia Marcondes de Moraes (CED/UFSC-Suplente)

Prof. João Josué da Silva Filho
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Educação
CED/UFSC - Portaria 0087/R/2002

marcela Barbosa Martins
MARCELA BARBOSA MARTINS

FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/FEVEREIRO/2003

A Deus, por seu Amor e constante presença em minha vida.

Ao meu pai, Paulo, por seu apoio e pelas palavras de incentivo.

A minha mãe, Márcia (in memoriam), por tudo que foi e ainda é em minha vida.

A Patrícia, por sua compreensão e amizade.

Ao Beto, pelos momentos de descontração, pelas fitas de vídeo e potes de sorvete.

Agradecimentos

Agradeço à Professora Marli Auras, por seus ensinamentos durante esta caminhada que teve início ainda nos anos de minha graduação e pelos incentivos, direcionamentos e “puxões de orelha” nos momentos de orientação desta dissertação.

Agradeço às colegas de turma do mestrado, especialmente à Carla e à Ângela.

Agradeço à Aline, pela paciência que teve ao ensinar-me manusear as fontes primárias e por toda ajuda oferecida no início da elaboração do meu pré-projeto de mestrado.

Às funcionárias do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, da Biblioteca Pública de Florianópolis, da ACIC, do IATEL, da Associação de Surdos de Florianópolis, da Fundação Catarinense de Educação especial e aos funcionários das APAEs de Florianópolis e Brusque.

Agradeço aos entrevistados, por toda a contribuição dada a esta pesquisa.

À Professora Maria Helena Michels, pelas importantes intervenções e sugestões oferecidas à este trabalho de pesquisa.

Ao Professor Lucício Bianchetti, pelo incentivo e auxílio dos anos de graduação que tiveram importante papel na continuidade dos meus estudos.

Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas temos lutado para que o melhor fosse feito.

Não somos, ainda, o que deveríamos ser.

Não somos, ainda, o que iremos ser.

Mas graças a Deus, já não somos o que éramos.

Martin Luther King

Resumo

Este trabalho investiga o movimento de institucionalização da educação especial no âmbito do Estado de Santa Catarina, que ocorreu no período das décadas de 1950-1960. O objetivo inicial constituiu-se em pesquisar as primeiras iniciativas de sistematização e organização desta modalidade de ensino, que tiveram início no interior da esfera pública e que devem ser entendidas como a busca pela inserção dos portadores de necessidades especiais na sociedade entendida mais amplamente. Esta dissertação também tem como foco compreender a criação da primeira iniciativa privada de educação especial no território catarinense, as características, idéias e influências desta instituição.

Todos estes dados são trabalhados na perspectiva da ampliação do processo de democratização, do desenvolvimento da esfera do direito e da política governamental, que evidenciava um caráter marcadamente assistencialista e que representou significativos avanços em relação ao atendimento aos portadores de necessidades especiais, ao mesmo tempo em que firmou a segregação desses sujeitos em dadas instituições.

Palavras-chave: Educação Especial, História da Educação, Política Educacional.

Abstract

The objective of this study was to investigate the movement of institutionalization of the special education in Santa Catarina state, which has occurred during the 1950s and 1960s. The main objective was to research the first attempts to systematize and organize this teaching method. These attempts began in the public scope and must be comprehended as the search for the inserting people with special needs in the society, in a broader sense. Another objective of this paper was to understand the first private attempt of special education in the state of Santa Catarina, its characteristics, ideas and influences.

All the data have been approached from the perspective of an enlargement of the democratization process, development of the rights and governmental politics, which evidenced a social welfare character and represented significant advances on the services to people with special needs, and at the same time, fixed the segregation of these individuals in these institutions.

Keywords: special education, history of the education, educational politics.

Sumário

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
INTRODUÇÃO	04
CAPÍTULO I – A Institucionalização da Educação Especial no Estado de Santa Catarina	12
1.1. Escola para Excepcionais	19
1.1.1. Serviço Social Escolar	24
1.2. Associação Santa Catarina de Reabilitação	27
1.3. Divisão de Ensino Especial na SED	30
1.3.1. Setor de Deficiência Visual	30
1.3.1.1. Adilson Ventura: uma ação pioneira	36
1.3.2. Setor de Áudio-comunicação	39
1.4. Modernização em Santa Catarina: processo histórico que desafia avançar no atendimento aos considerados “excepcionais”	41
CAPÍTULO II – APAE de Brusque: A Primeira Iniciativa Particular em Santa Catarina	49
2.1. Helena Antipoff: a influência de seu pensamento na Educação Especial.....	52
2.2. APAEs de Santa Catarina (1950-1960): dentro de um movimento nacional	56
CAPÍTULO III – Consolidação da Institucionalização: Fundação Catarinense de Educação Especial	61

3.1. Manoel Boaventura Feijó: um professor engajado	68
3.2. Filantropia X Cidadania	70
3.3. Educação Especial em Santa Catarina: trabalho de professores ou voluntários?.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
ENTREVISTAS	84
QUESTIONÁRIO	84
FONTES DOCUMENTAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXOS	98

Introdução

A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtidos através do esforço individual concreto...

Antonio Gramsci

No decorrer da história da humanidade, constatamos diferentes concepções do indivíduo considerado portador de necessidades especiais, diversas maneiras de como tratá-lo. Desde o surgimento de uma educação voltada a atender as especificidades dos portadores de algum tipo de comprometimento sensorial, físico ou mental, a educação especial já sofreu muitas modificações, seja em suas características, em seus princípios e modos de tratamento e atendimento.

Em Esparta as crianças com deficiência física ou mental eram abandonadas ou mortas por serem vistas como subumanas. Com a difusão do cristianismo este quadro mudou na Europa, pois tais crianças começam a ser entendidas como pessoas com alma e, portanto, não podiam ser maltratadas ou eliminadas. Ao longo da Idade Média o modo de tratá-las se converteu em práticas que expressavam tolerância e caridade. No século XIII surge a primeira instituição para “abrigar” deficientes mentais na Bélgica e em 1567 a deficiência começa a ser vista como um problema médico e então seus portadores tornam-se merecedores de atenção especializada, abrindo-se, assim, no horizonte, espaço para uma preocupação com a instrução destes indivíduos. A segregação em hospitais e leprosários é ainda vista como melhor opção.¹

¹ Para um aprofundamento da história da educação especial ver PESSOTTI (1984) e BIANCHETTI (1998).

A educação para os indivíduos considerados portadores de necessidades especiais começou oficialmente com a fundação de instituições específicas nos séculos XVIII e XIX, em países europeus e nos Estados Unidos. Mas somente no século XX veremos iniciativas de superação do ensino separado² e de busca da aceitação e integração desses indivíduos no contexto social.³

Segundo MAZZOTTA (1996, p. 27), “inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos da América do Norte, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos”.

Os principais marcos da educação especial brasileira são a criação do *Imperial Instituto dos Meninos Cegos* (atual Instituto Benjamin Constant) em 1854 e do *Instituto dos Surdos-Mudos* (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES) em 1857. Segundo BUENO (1993), neste período da criação de institutos, iniciou-se tratamentos aos portadores de necessidades especiais em hospitais, demonstrando a grande influência da concepção de caráter médico.

Após a proclamação da República (1889), principalmente no período de 1930-1940, começam a surgir classes especiais ou dos “anormais” nas escolas da rede pública de ensino, em resposta ao aumento do número de matrículas promovido pela saída das pessoas do campo rumo às cidades e pela forte proposta de higienização da educação escolar. Surgiram também as entidades privadas de caráter filantrópico-assistencialista em várias cidades do Brasil, permanecendo a idéia de caridade e não de direitos de cidadania. Entretanto, o atendimento privado superou o da rede pública tanto em quantidade quanto em qualidade, evidenciando o início do movimento de privatização no âmbito da educação especial (que se efetivará na década de 60).⁴

² O ensino separado é o que hoje conhecemos por segregação, isto é, uma educação às pessoas ditas normais e outra destinada aos portadores de necessidades especiais.

³ Samuel KIRK e James GALLAGER, 1996, p. 06.

⁴ Para um aprofundamento da história da educação especial brasileira ver MAZZOTTA (1996) e BUENO (1993).

Mesmo com o aumento do número de instituições privadas de educação especial e com a abertura das classes especiais na rede pública, a maioria das crianças necessitadas não teve acesso à educação especial.⁵ O processo de institucionalização da educação especial em âmbito nacional foi marcado pelo assistencialismo e por não ter conseguido efetivamente ampliar as oportunidades educacionais aos portadores de necessidades especiais.

Por ser este movimento de institucionalização da educação especial fundamental para compreender a própria educação especial, esta dissertação tem como [objetivo geral **investigar dimensões da gênese dessa institucionalização no âmbito do território catarinense** (décadas de 1950 e 1960), buscando sistematizar dados existentes, compreender o contexto econômico, político e social no âmbito do qual ocorreu, investigar quais sujeitos (que compunham determinado segmento social) se responsabilizaram pela institucionalização da educação especial em Santa Catarina e porque fizeram esta proposta de intervenção social, caracterizar — em linhas gerais — dimensões das práticas levadas a efeito em tal modalidade de ensino e entender como foram formuladas as políticas públicas voltadas aos portadores de necessidades especiais.]

Para desenvolver tal estudo, entendo como necessário apresentar uma breve discussão sobre as terminologias utilizadas na área da Educação Especial, isto é, sobre qual é a expressão considerada correta para referenciar indivíduos portadores de algum tipo de deficiência, pois há uma grande dificuldade na área de Educação Especial de denominar seu público.

As terminologias utilizadas modificaram-se ao longo da história, passando desde o uso das expressões “anormais”, “deficientes”, “retardados”,

⁵ BUENO (1993, p. 96) analisa os resultados do processo de institucionalização em âmbito nacional e apresenta dados da cidade de São Paulo. Segundo o autor, das 270 mil crianças portadoras de necessidades especiais que moravam na cidade em 1974, somente 10,6% recebia atendimento na rede pública ou privada.

No Estado de Santa Catarina, até 1977, apenas 4,4% dos portadores de necessidades especiais estavam recebendo atendimento adequado (FCEE. **A Educação Especial no Estado de Santa Catarina**, s.d., p. 31).

“excepcionais” até a designação “portadores de necessidades especiais” ou “necessidades educativas especiais”.

“..., em todas as épocas, o meio social identificou, por algum critério, indivíduos que possuíam alguma(s) característica(s) que não fazia(m) parte daquelas que se encontravam entre a maior parte dos membros desse mesmo meio — não pela simples presença de uma diferença, mas pelas conseqüências que tais diferenças acarretavam às possibilidades de participação desse sujeito na construção coletiva de sobrevivência e reprodução de diferentes agrupamentos sociais, em diferentes momentos históricos” (Bueno, 1997, p. 159).

“Excepcional” é o termo mais característico das décadas de 1950 e 1960, pois é recorrente na literatura da época e o mais utilizado para designar os portadores de necessidades especiais naquele momento. É utilizado para distinguir indivíduos com desvios mentais, deficiências sensoriais, desordens de comunicação (distúrbios de aprendizagem e deficiências da fala e da linguagem), desordens do comportamento (distúrbio emocional e desajustamento social) e deficiências múltiplas e graves.

Contudo não utilizarei as terminologias próprias do período delimitado nesta pesquisa, como as expressões **excepcional** e **anormal**, por entender que a maneira de denominar indivíduos portadores de algum comprometimento (mental, físico e sensorial) reflete o atraso ou o avanço da sociedade no tratamento do problema, isto é, expressa a própria historicidade da educação especial. Assim, **excepcional** e **anormal** são termos característicos de um determinado momento histórico e se forem utilizados hoje, ao meu ver, estarão sendo utilizados indevidamente, pois possibilitam o risco de estereotipar e/ou marginalizar os portadores de necessidades especiais com a utilização de terminologias em grande medida já superadas na área da Educação Especial. Hoje é possível entender tais termos como pré-conceituosos, ou seja, não devidamente compreendidos, refletidos.

Outra denominação é **pessoas com história de deficiência** que foi desenvolvida por Silvia Da Ros (2002) em sua tese de doutorado, recentemente publicada. Este trabalho tem como base o pensamento de Reuven Feuerstein,

que entende o sujeito em constante processo de mudança, através da interação social que “processa-se nas e pelas relações sociais” (idem, p. 13). Em relação à educação das pessoas com história de deficiência, Feuerstein trabalha conceitos como “modificabilidade” e fala que deve-se colocar ênfase sobre a performance deficiente e não sobre o sujeito, para que desta forma, não haja generalização do estereótipo⁶. Contudo, a própria DA ROS (idem, p. 16) afirma que “mesmo assim, entende-se que essa é apenas outra denominação, marcada, ainda pelo estigma socialmente talhado para a discriminação dessa parcela da população”.

Utilizo, neste trabalho, entretanto, o termo **portadores de necessidades especiais** por ser a denominação adotada oficialmente pelo Ministério da Educação e, assim sendo, está presente nas legislações, documentos oficiais, ✱ textos e artigos atuais. Contudo, tenho a consciência de que este termo recebe críticas no sentido de ser uma denominação abrangente, que possibilita “diversas interpretações quanto ao atendimento educativo mais adequado.” E ainda oferece “o risco de se criar um outro sistema de rotulação para categorizar as necessidades” (Carvalho, 1998, p. 105). Este fato, evidencia a dificuldade da área, particularmente dos profissionais de educação especial, em denominar seu público, ou seja, seu próprio objeto de trabalho.

O encaminhamento desta pesquisa foi iniciado com a realização de um mapeamento de fontes secundárias relacionadas à temática (livros, artigos de revistas, dissertações de mestrado, teses de doutorado e páginas na Internet) e com o meu retorno à biblioteca da Fundação Catarinense de Educação Especial – onde pesquisei a maior parte do material para a construção do ante-projeto – para ter acesso à documentos, artigos, revistas e livros que me proporcionaram importantes informações.

Em seguida comecei a pesquisar na Federação Estadual das APAEs e realizar entrevistas com profissionais que estiveram diretamente envolvidos no movimento da gênese da institucionalização da educação especial, buscando ✱

⁶ Para um aprofundamento neste pensamento ver DA ROS (2002).

assim, informações mais criteriosas a partir de fontes primárias.⁷ As entrevistas foram realizadas através de um questionário aberto, com blocos de temas comuns a todos os entrevistados, relativos à formação profissional, à relação com a Educação Especial e à participação nos atendimentos pioneiros, que foram para mim eixos norteadores. E o material coletado foi organizado através dos mesmos blocos de temas que foram utilizados nas entrevistas como eixos norteadores da pesquisa. Algumas destas entrevistas foram gravadas e outras registradas por escrito, porque o entrevistado decidia se permitia a gravação (por meio de um pequeno gravador) ou não.

À medida que fui sistematizando o conteúdo das entrevistas, comecei a fazer visitas ao Arquivo Público do Estado, com a finalidade de encontrar documentos que complementassem/problematizassem as informações coletadas e/ou contribuíssem no sentido de desvelar dadas zonas de sombra. Pesquisei, principalmente, sobre a política, a legislação e a economia próprios do período de 1950-60 registrados nas Mensagens Anuais apresentadas à Assembléia Legislativa pelos governadores de Santa Catarina.

E, após passar pelo exame de qualificação deste trabalho, comecei a fazer visitas à Biblioteca Pública de Florianópolis, com a finalidade de encontrar artigos em jornais ou revistas referentes aos atendimentos de educação especial que foram anunciados pelos meios de comunicação da época. Também elaborei um questionário que foi enviado para duas professoras que residem na cidade de Canoinhas (norte do Estado) com o objetivo de obter mais informações referentes ao início do atendimento na área da deficiência visual no Estado de Santa Catarina, do qual estas foram bastante responsáveis.

Por fim, desenvolvo aqui uma discussão inicial sobre a questão da relação existente entre as esferas pública e privada, pois ao longo deste trabalho é

⁷ No início desta pesquisa, tinha o conhecimento de que o Dr.^o Alvaro de Oliveira (médico pediatra do Hospital Universitário de Florianópolis e professor aposentado da UFSC) foi um dos responsáveis pela criação da FCEE. Assim, na entrevista que realizei com ele, Oliveira indicou-me nomes de pessoas envolvidas no movimento de gênese da institucionalização da educação especial no Estado que poderiam colaborar com esta pesquisa. Desta forma, entrei em contato com estas pessoas que vieram a contribuir significativamente com esta dissertação de mestrado.

evidente o borramento dos limites entre os serviços de atendimento público e privado na área da educação especial, marcadamente no período estudado⁸.

“... as instituições ‘privadas’ apresentam-se na história do atendimento ao deficiente mental como extremamente fortes, com lugar garantido nos discursos oficiais, chegando a confundir-se com o próprio atendimento ‘público’ aos olhos da população, pela ‘gratuidade’ de alguns serviços” (Kassar, 1998, p. 16).

Como poderemos perceber na trajetória deste trabalho, o Estado vai repassar verbas e grande parte da responsabilidade pelo atendimento aos considerados excepcionais à iniciativa privada. Isto favorecerá a proliferação de instituições marcadas por práticas de caráter assistencial e filantrópico.

O Estado ainda não tinha um envolvimento direto com a educação dos portadores de necessidades especiais na década de 50, mas com o início de uma mobilização do segmento social composto por médicos, psicólogos, professores, empresários, funcionários públicos e voluntários, começa-se a gerar no âmbito estatal uma preocupação em resposta a uma necessidade de atendimento que foi tornando-se cada vez mais evidente.

Até este período, constatava-se ausência de qualquer legislação que assegurasse educação aos considerados “excepcionais”. Contudo, este quadro começa a modificar-se na década de 60, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4024 de 1961, que reservou dois artigos para tratar dos direitos dos portadores de necessidades especiais à educação⁹. Tal legislação que deve ser entendida como resultado de uma construção social, ou seja, ela não surge do nada, mas “é gerada por fatores que a condicionam. Seu surgimento depende das forças sociais que interagem na sociedade, forças

⁸ Neste trabalho, tenho a compreensão da educação pública “como aquela que é oficial, mantida e controlada pela União, estados ou municípios, isto é, custeada pelos impostos” e a educação privada ou particular como a “administrada por pessoas física e/ou jurídica, como associações religiosas, filantrópicas, comunitárias ou empresariais, podendo ser paga ou gratuita” (JANNUZZI, 1997, p. 184).

⁹ A LDB 4024/61 será trabalhada no subitem 2.2., capítulo 2.

oriundas das formas determinadas pelo modo de produção material dominante” (Jannuzzi, 1989, p. 17).

Assim, este conteúdo é desenvolvido nesta dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo busco levantar e compreender as primeiras iniciativas de institucionalização e sistematização da educação especial no Estado de Santa Catarina que começam no interior da esfera pública.

No segundo, trabalho a história da primeira instituição privada de educação especial no âmbito catarinense, que foi a APAE de Brusque. Exponho aspectos das idéias da pensadora Helena Antipoff, que influenciou a construção desta entidade pioneira, bem como a APAE como movimento nacional.

O terceiro capítulo trata especificamente da Fundação Catarinense de Educação Especial, que foi criada em 1968 com o principal objetivo de sistematizar a assistência aos portadores de necessidades especiais, em nível estadual e sob responsabilidade do governo, que estava desenvolvendo-se através de iniciativas particulares. Pretendo desenvolver alguns pontos de discussão sobre o início desta instituição pública. Também discuto aspectos acerca da cidadania e da filantropia no campo da Educação Especial, bem como a atuação de professores, pais e voluntários no atendimento pioneiro, com vistas a saber quem eram as pessoas responsáveis pelo início desta modalidade de educação no âmbito de Santa Catarina.

Por último, nas “Considerações Finais” busco desenvolver algumas discussões que permearam todo o trabalho, conferindo destaque a aspectos que mostraram-se fundamentais para a compreensão do processo de gênese da institucionalização, de atendimentos especializados na educação especial no Estado catarinense.

Capítulo 1

A Institucionalização da Educação Especial no Estado de Santa Catarina

Segundo FERNANDES¹⁰ (1979), as primeiras discussões, que se tem registro¹¹ sobre Educação Especial no Estado de Santa Catarina datam de 1954, mais especificamente quando o professor João Barroso Júnior – técnico em educação do Ministério de Educação e Cultura – esteve em Florianópolis, a serviço do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos) do Rio de Janeiro, expondo os objetivos do referido Instituto e divulgando um curso de formação de professores de ensino primário para deficientes da audição e fala.

O Instituto Nacional de Surdos-Mudos era uma instituição de ensino especializado para deficientes auditivos mantida pelo Governo Federal, sob responsabilidade do Ministério de Educação e Cultura. A organização do Instituto, a aprovação do Regimento, o estabelecimento de medidas, normas,

¹⁰ Em 1956, Alice Nunes Fernandes terminou a especialização em Educação Especial: Deficiência Auditiva no Instituto Nacional de Surdos-Mudos – Curso Normal de Formação de Professores para Surdos (RJ). Como este curso era equivalente ao Curso Normal (grau médio), formou-se também como normalista no fim de 1956. Depois cursou Pedagogia na Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), com habilitação em Supervisão Escolar e Administração Escolar.

Trabalhou como professora do Estado na área de Educação Especial (“ensino emendativo”) no Grupo Escolar Dias Velho. Desempenhou a função de professora, coordenadora, diretora e atuou no gabinete de fonoaudiologia na Escola para Excepcionais. Na FCEE, Alice desempenhou várias funções, como coordenadora, coordenadora de programas, secretária e também trabalhou no setor de recursos humanos.

Informações dadas por Alice Nunes Fernandes em entrevista realizada pela autora em 11 de setembro de 2001.

¹¹ Registro oral (entrevistas) e escrito (documentos).

decretos e leis, a instituição de campanhas, entre outras práticas, era função do Ministério de Educação e Cultura da época.¹²

O objetivo do Instituto Nacional de Surdos-Mudos era difundir as suas atividades em todo o país, pois o entendimento do governo era o de que a sua tarefa primordial era a de estender tal ensino. Segundo o Regimento (anterior à reformulação de 1956) da entidade, ela deveria “promover, em todo o país a alfabetização dos surdos mudos e orientar, tecnicamente, este trabalho, colaborando com os estabelecimentos congêneres, estaduais ou locais” (Soares, 1999, p. 85).

João Barroso Júnior, ao chegar em Florianópolis, dirigiu-se à Secretaria de Educação para saber se havia alguma professora que teria interesse em fazer este curso, que foi criado na época em que o referido Instituto e o Instituto Benjamin Constant, para cegos, trabalhavam “para que o desnível existente entre os surdos, mudos e cegos, e as pessoas fisicamente sãs” fossem “postos de lado através de uma educação dos surdos mudos”.¹³

Cinco professoras¹⁴ demonstraram o interesse e através do convite feito pela Secretaria de Educação do Estado (acompanhado pelo empenho e pela garantia do oferecimento das condições objetivas), dirigiram-se à cidade do Rio de Janeiro para fazer o curso de especialização no Instituto Nacional de Surdos-Mudos, durante o período de três anos.¹⁵

As professoras, em geral, que faziam este curso recebiam uma pequena bolsa do Ministério de Educação e Cultura, se fossem carentes, isto é, se não tivessem condições financeiras de arcar com as despesas para a realização do

¹² MEC, 1969, p. 1071-1091 e José BUENO, 1993, p. 97.

¹³ Esta citação foi retirada do artigo intitulado “Curso Normal do Instituto Nacional de Surdos Mudos”, publicado no jornal “A Verdade” da Secretaria de Educação e Cultura no ano de 1954. Porém, como o consegui no acervo pessoal da Professora Alice Nunes Fernandes, não havia indicações em relação ao dia e ao mês.

¹⁴ Alice Nunes Fernandes, Alvora Breviato Bastos da Nóbrega, Anselma Maria Pozzi, Elenilda Wiederkehr e Edi Trevisani (Alice FERNANDES, 1979, p.10).

¹⁵ O curso teve início no ano de 1954 e terminou no final de 1956.

curso (transporte até o Rio de Janeiro, alimentação, despesas pessoais). Como as professoras catarinenses não eram consideradas carentes não receberam a bolsa no primeiro ano, entretanto, no segundo ano sim porque o Ministério achou por bem concedê-la a todas as alunas do curso. As professoras residiam no internato no Instituto, que era gratuito.¹⁶

Neste curso as docentes liam livros didáticos de acordo com as exigências das disciplinas, além de jornais, romances, revistas. Seus professores eram os próprios diretores, os vice-diretores, coordenadores do Instituto, bem como os professores de Ensino Emendativo.¹⁷

A professora Ana Rímoli foi diretora do Instituto durante os anos 1951 à 1961 — época em que foi implantado o Curso Normal de Formação de Professores para Surdos — e

“desenvolveu amplo trabalho de divulgação do método oral, através da publicação de estudos e experiências realizadas nos Estados Unidos, destinados à orientação de professores e pais de crianças surdas, no sentido de subsidiar sua atuação em relação a um melhor desenvolvimento da compreensão e emissão da linguagem oral” (Soares, 1999, p. 72).

Algumas das traduções feitas por Rímoli foram:

O Treinamento Acústico no Curso Primário (ASAL e RUTHVE, 1963), *A Linguagem Oral para a Criança Deficiente da Audição* (NEW, 1968), *Iniciando a Compreensão da Fala* (RUSSEL, 1968), *A Leitura da Fala* (MONTAGUE, 1968), *A Leitura Oro-Facial no Horário Escolar* (BRUCE, 1968).¹⁸ “A partir de 1953, a professora Ana Rímoli passa, também, a publicar, pelo Instituto, obras de sua autoria. Nesse ano, publicou *A Educação no Lar, sua Importância para a Criança Surda* e, no ano seguinte, *Compêndio de Educação da Criança Surda*” (idem, p. 74).

¹⁶ Informações dadas por Alice Nunes Fernandes em entrevista realizada pela autora em 11 de setembro de 2001.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Maria Aparecida SOARES, 1999, p. 72.

As disciplinas¹⁹ da primeira série (primeiro ano) eram as seguintes: Inglês, Física, Química, Histologia, Anatomia, Fisiologia, Português e Literatura Fonética, Higiene e Socorros de Urgência, Educação Sanitária, Matemática, Estatística Educacional, Desenho, Modelagem, Artes Aplicadas, Canto Orfeônico e Educação Física.

Na segunda série continuavam todas as disciplinas da primeira série, mais: Didática Especial, Educação Comparada, Higiene, Educação Pré-Primária, Psicologia Educacional, Prática de Ensino, Puericultura e Filosofia da Educação.

Na terceira série repetiam-se algumas das disciplinas das séries anteriores mais: Metodologia do Ensino Primário, Fundamento Metodologia Pesquisa, Sociologia, Patologia da Audição e Fonação, História da Educação, Administração Escolar, Planejamento e Psicotécnica.²⁰

Depois de terminado o curso no Rio, as professoras retornaram a Santa Catarina e quatro delas²¹ apresentaram, oralmente, uma proposta de trabalho na área de Educação Especial ao então secretário de educação Rubens Nazareno Neves. Este aprovou a proposta e em março de 1957 as professoras iniciaram sua implantação fazendo um levantamento do número de crianças portadoras de deficiência auditiva e da fala nos municípios de Florianópolis, São José, Blumenau e Brusque, pois estas eram as cidades de origem dessas professoras²². Para a realização deste levantamento fizeram visitas a escolas

¹⁹ As informações sobre as disciplinas do curso foram fornecidas por Alice Nunes Fernandes a partir da leitura de seu boletim escolar do respectivo curso, em entrevista realizada pela autora em 11 de setembro de 2001.

²⁰ É interessante notar que no rol de disciplinas do curso de especialização de educação especial, só havia uma disciplina específica que trabalhava a educação dos ditos surdos-mudos: a Patologia da Audição e Fonação.

²¹ A professora Edi Trevisani não participou dos trabalhos por motivos pessoais. Ela casou-se e foi residir na Bolívia.

²² A professora Alice era de Florianópolis, Alvorá de São José, Anselma de Brusque, Elenilda de Blumenau e Edi de Videira.

públicas aonde já havia alunos que apresentavam dificuldades auditivas²³ e divulgaram seu intento nos meios de comunicação existentes na época. Por meio destes anúncios, as professoras ou as próprias mães faziam contato com as docentes que estavam fazendo tal levantamento.²⁴ Estas, por sua vez, iam as escolas ou mesmo às casas das crianças para realizar os testes auditivos.²⁵

Deste levantamento resultou o início do atendimento oficial e específico em 2 de maio de 1957, com o funcionamento de uma sala especial destinada aos portadores de deficiência auditiva no Grupo Escolar Dias Velho²⁶, em Florianópolis, que foi anunciado inclusive no jornal local "A Verdade"²⁷, lembrando que os interessados deveriam contatar as professoras no próprio Grupo Escolar. Assim, os trabalhos começaram sob a responsabilidade de Alice Nunes Fernandes e Alvora Breviato Bastos da Nóbrega, com aproximadamente sete alunos na faixa etária de 7 a 14 anos. Posteriormente, outras crianças com menos idade (5 e 6 anos) começaram a ser também atendidas.

Na mesma época começou igualmente o atendimento em Brusque, sob direção da professora Anselma, no Grupo Escolar Feliciano Pires. Em Blumenau, porém, a professora Elenilda não deu continuidade aos trabalhos²⁸.

Estas profissionais já eram professoras do Estado. No quadro do magistério estadual não existia, no entanto, até aquele momento, um setor de

²³ Uso o termo dificuldades auditivas, pois neste levantamento as professoras iam às escolas para constatar se os alunos tinham realmente uma deficiência auditiva.

²⁴ Informações dadas por Alice Nunes Fernandes em entrevista realizada pela autora em 18 de junho de 2001.

²⁵ Os testes realizados foram somente testes auditivos, porque os problemas na fala dos denominados surdos-mudos decorrem de sua deficiência auditiva. Por este motivo, atualmente evita-se utilizar esta terminologia por entender que os surdos não são necessariamente mudos, mas que podem desenvolver a fala.

²⁶ Depois o Grupo Escolar Dias Velho passou a se chamar Grupo Escolar Barreiros Filho.

²⁷ Ver ANEXO 1.

²⁸ Ela casou e, por motivos particulares, não pode prosseguir nos trabalhos.

Educação Especial. Não havia, portanto, um quadro específico de docentes para esta modalidade de educação. Tais profissionais foram então nomeadas professoras de “ensino emendativo” do Quadro de Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo, padrão I-9, ganhando assim um acréscimo no salário.

Este trabalho pioneiro foi devidamente registrado e comunicado através da **Mensagem à Assembléia Legislativa**, com as seguintes palavras do governador Jorge Lacerda: “O Governo do Estado celebrou convênio com o Ministério da Educação para a manutenção de cursos de educação de surdos-mudos, com o aproveitamento de 4 professoras normalistas, que fizeram o curso especializado na Capital da República” (Estado de SC, 1957, p. XII).

Em 1958 ampliou-se o atendimento no Grupo Escolar Dias Velho com a abertura de uma classe que atendia crianças com problemas de aprendizagem e distúrbios de conduta. Em 6 de dezembro do mesmo ano, o Governo do Estado instituiu o **ensino emendativo**²⁹ através da Lei n.º 1929³⁰, para que crianças e adolescentes com problemas pudessem freqüentar escolas de ensino regular.

Nesta lei, as crianças e adolescentes com problemas eram denominados *anômalos do físico* ou *da inteligência* ou *de caráter*, ou também eram chamadas nesta época de *anormais do físico, da inteligência* ou *de caráter*. Os deficientes mentais também eram referenciados como *excepcionais*.

Os *anômalos do físico* eram indivíduos portadores de uma deficiência congênita ou adquirida, sendo classificados em deficientes físicos (mutilados, aleijados, paralíticos) ou deficientes sensoriais (surdos-mudos³¹ e cegos³²). A

²⁹ Não posso afirmar quando surgiu o termo “ensino emendativo”, mas já se tem registro de seu uso, referindo-se à educação especial, no curso realizado pelas professoras catarinenses no Rio de Janeiro e do termo “educação emendativa” no **Manual do Professor Primário**, de autoria de Theobaldo Miranda Santos, em sua quarta edição publicada em 1956 pela Companhia Editora Nacional de São Paulo.

Por todas as informações obtidas, entendo o “ensino emendativo” como sendo o termo da época para denominar o que hoje chamamos de educação especial.

³⁰ Ver ANEXO 2.

³¹ Na época os surdos-mudos eram referenciados como deficientes da audiocomunicação, isto é, da audição e fonação. Para denominar problemas de fonação, utilizava-se o termo “defeituosos da palavra”.

finalidade da “pedagogia emendativa” do surdo-mudo³³ era a de “suprir falhas decorrentes da anormalidade, buscando adaptar o educando ao nível social dos normais”, era também a de adaptar o método ao aluno, com a possibilidade de uma grande flexibilidade na organização dos conteúdos (Soares, 1999, p. 57-60). A “pedagogia emendativa” do surdo-mudo “diz respeito, somente, aos procedimentos específicos para o desenvolvimento da linguagem utilizada no cotidiano”, aos recursos necessários para o desenvolvimento da comunicação (Idem, p. 64). Isto se justifica, porque o entendimento era o de que o surdo-mudo era incapaz de produzir riqueza, assim, “para desempenhar um papel ativo na produção restava oferecer-lhe o mínimo necessário para o exercício da sua ocupação, o que bastava para livrá-lo do ócio” (Idem, p. 68).

Os *anômalos da inteligência* eram os “indivíduos dotados de um certo grau de deficiência mental”, sendo classificados como débeis mentais, imbecis ou idiotas (Santos, 1956, p. 145).

Os *anômalos de caráter* eram os “portadores de síndromes psico-nervosas, exigindo cuidados especiais”. E variavam em

“a) os instáveis psico-motores, caracterizados pela instabilidade da atenção, desequilíbrio emocional, debilidade motora, tiques, tendência aos espasmos, impulsividade; b) astênicos, caracterizados pela depressão e inação; c) emotivos, caracterizados pela hiperemotividade e timidez excessiva; d) deprimidos, caracterizados por uma exagerada sensibilidade moral e tendências à melancolia que pode levar ao suicídio; e) intermitentes, caracterizados por períodos de depressão, alternando-se com períodos de agitação; f) paranóicos, caracterizados por perturbações afetivas com desvios de raciocínio lógico; são escolares, muitas vezes, inteligentes e precoces, mas que se distinguem por um espírito permanente de contradição e um estado contínuo de revolta” (Santos, 1956, p. 147).

³² A educação dos cegos será trabalhada no subitem 1.2.1. deste capítulo.

³³ Dr. Armando de Lacerda, autor do livro *Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo* publicado em 1934, foi diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos durante o período de 1930 até 1947. Este livro é analisado por Maria Aparecida Soares, em **A Educação do Surdo no Brasil**.

A finalidade da Educação Especial neste momento era separar todos os sujeitos que se mostravam como desviados do padrão estabelecido como normal, pois o “desvio”, a “anormalidade” deveria ser excluída, isolada por meio do internamento, para que desta forma pudesse haver a homogeneização dos indivíduos em duas categorias: o normal e o anormal.

Neste momento, o pensamento positivista influencia a sociedade e permeia a educação, na medida em que esta tem o papel de conter o caos, o desvio, na perspectiva de buscar manter a ordem para promover o progresso.

Para tanto, segundo MARQUES (1996, s/p), “uma estratégia de grande eficácia na vigilância e no controle do ‘desvio’ é a prática da institucionalização da deficiência. Internatos, escolas e classes especiais constituem um forte esquema de identificação e segregação dos portadores de necessidades especiais”. Instituições, estas, marcadas por características terapêuticas, assistenciais, por um atendimento segregado que tem como papel principal vigiar e controlar o considerado desvio.

1.1 – Escola para Excepcionais³⁴

Esta escola teve seu projeto iniciado por meio da colaboração do Dr. Milton Leite, procurador do Estado de Santa Catarina na gestão do governador Celso Ramos, que ficou muito sensibilizado pelo problema apresentado pela filha de seu motorista, portadora de hiperatividade. Como Dr. Milton Leite tinha uma grande estima e admiração por seu motorista, conversou com o governador Celso Ramos sobre a possibilidade de criar um espaço institucional que proporcionasse a realização de um cuidado adequado para esta menina. Celso Ramos gostou da idéia porque já tinha ouvido muitos comentários sobre

³⁴ Informações dadas por Nadir Lopes de Almeida em entrevista realizada pela autora em 27 de junho de 2001.

o **Instituto Santa Inês (APAE de Brusque)** e também porque, tendo sua esposa, na condição de primeira dama, que desenvolver uma tarefa social, seria ótimo que processasse esse trabalho também com crianças especiais. Assim foi criada a Escola para Excepcionais, em 1962, na cidade de Florianópolis.

Para iniciar o trabalho, Dona Edith Gama Ramos, esposa do governador, contatou Nadir Lopes de Almeida³⁵ que era a orientadora pedagógica do referido Instituto Santa Inês, por ser especializada em deficiência mental. Em agosto de 1961, Nadir, Edith Soares e mais duas professoras – Haydée Mandrini e Marilde Rodrigues – começaram, através do Decreto n.º367, a realizar estudos para a criação da Escola para Excepcionais, destinada somente para o atendimento de portadores de deficiência mental. E este grupo “estudava a viabilidade da criação de uma escola para excepcionais em Santa Catarina”.³⁶

³⁵ Professora formada no curso Normal (atual Magistério) no Instituto de Educação Dias Velho (Florianópolis) em 1947. Trabalhou como professora do Estado de Santa Catarina e em 1952 foi ao Rio de Janeiro fazer um curso promovido pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), ministrado pelo professor Anísio Teixeira. Em 1957, após ser convidada pelo Dr. Carlos Moritz, por indicação, para criar e dirigir a APAE de Brusque, Nadir voltou ao Rio de Janeiro para fazer cursos de especialização sobre deficiência mental.

Fez o Curso de Atividades Artísticas para Professores de Jardim de Infância e Curso Primário, realizado pela Escolinha de Arte do Brasil, durante o período de 14 de agosto a 14 de outubro de 1957, tendo como professor Augusto Borges Rogrigues.

Outro curso foi o de especialização na Sociedade Pestalozzi, estágio no Instituto Santa Lúcia (escola mantida pela APAE do RJ) e voltando para Florianópolis fez o Curso de Psicologia Evolutiva da Criança sob direção da Professora Cecília Torreão Stramandinoli, promovido pela Divisão de Serviços Auxiliares, do Departamento de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura.

Em 1958, foi orientar a criação da APAE de Brusque. Em 1960 era orientadora das APAEs de Santa Catarina e em 1961 esteve envolvida nos estudos para a criação da Escola para Excepcionais, desempenhando as funções de supervisora e professora. Trabalhou como membro conselheira da FCEE, coordenava a escola para deficientes mentais e a instalação da oficina pedagógica na mesma entidade.

Em 1972 foi para Brasília fazer o curso de Psicologia no Centro Unificado de Brasília (CUB) durante quatro anos. Voltando, foi trabalhar na Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor (FUCABEM), no cargo de psicóloga, em 1976, e fazendo orientação da APAE de Tijucas. (Informações dadas pela psicóloga Nadir Lopes de Almeida, em entrevista realizada pela autora em 26 de setembro de 2001).

³⁶ Cléa FORMIGUIERI, 1979, p. 6.

Este procedimento se justifica porque, no primeiro ano da administração de Celso Ramos (1961), o governo instituiu grupos de estudos e levantamento de dados para saber qual era a real situação em que se encontrava o ensino catarinense. Deste modo, foram designados Grupos de Trabalhos nos diversos setores da educação, tendo por objetivo que o ensino se desenvolvesse de maneira mais adequada à realidade.³⁷

A Escola para Excepcionais foi instituída pelo Estado em março do ano seguinte, no prédio do Jardim de Infância Marieta Konder Bornhausen, localizado na época junto ao prédio da Legião Brasileira de Assistência – LBA, na cidade de Florianópolis, avenida Mauro Ramos, nº 722. Esta escola se mantinha através de doações da comunidade e da Legião Brasileira de Assistência. A merenda e a mensalidade eram pagas por pais mais abastados e por voluntários e os professores foram cedidos pelo governo estadual.

“Não possuía a Escola uma equipe técnica efetiva (médico, psicólogo, assistente social e outros). Contava apenas com um reduzido número de abnegadas voluntárias, entre elas as Senhoras Cléa Lobato, Lígia Ramos Guimarães e Selma Castro Wildi, que prestavam atendimento às crianças nos aspectos de alimentação, vestuário, medicamentos e assistência médica” (Formighieri, 1979, p. 4).

Segundo Oliveira (1996, p. 70, 71), a Legião Brasileira de Assistência (LBA) – criada em 28 de agosto de 1942 – era um órgão que fazia “parte do Programa Emergencial de Mobilização do Trabalho Civil, em apoio ao ‘esforço de guerra’ promovido pelo governo”. Primeiramente tinha o papel de garantir assistência às famílias das pessoas que foram convocadas e posteriormente passa a ser responsável pela execução dos serviços assistenciais, tendo como objetivo “atender a população carente e aos beneficiários da previdência, em setores específicos (idosos, excepcionais)”³⁸ sob jurisdição da primeira dama do Brasil.³⁹

³⁷ ESTADO DE SC, 1962, p. 36.

³⁸ Heloisa OLIVEIRA, 1996, p. 66.

No entanto, mesmo sendo um órgão público, a LBA era constituída por profissionais e também por voluntários que trabalhavam em parceria com a sociedade. As atividades eram realizadas nos próprios estabelecimentos da LBA ou por meio de parcerias com entidades públicas ou privadas, dualidade esta que evidencia a frouxidão entre os limites das esferas pública e privada.⁴⁰ Na época de sua criação tinha como objetivo “congregar brasileiros de boa vontade para promover, por todas as formas, serviços de assistência social, prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as entidades privadas” (Sposati *et al*, 1989, p. 87).

E todo este trabalho foi anunciado no jornal **O Estado** com o intuito de torná-lo conhecido pela sociedade florianopolitana e contatar os pais de crianças portadoras de necessidades especiais, mais especificamente, portadoras de deficiência mental, para que desta forma fossem encaminhadas e matriculadas nesta escola. Nadir Lopes de Almeida era responsável pela realização dos diagnósticos das crianças, devido a sua especialização na área de deficiência mental. Desta forma, todas as crianças que tiveram a confirmação de um diagnóstico de deficiência mental ingressavam como aluno desta escola. E no início, os que procuraram este atendimento não foram muitos.

³⁹ Em escala mundial, a Cruz Vermelha é o órgão com reconhecida importância que tinha como finalidade dar assistência em tempo de guerra. Foi idealizada pelo suíço Jean Henry Dunant (1828-1910) como uma instituição que teria o papel de prestar socorro aos feridos de guerra e que concretizaria estas iniciativas por meio da organização de sociedades de voluntários sem fins lucrativos.

No ano de 1863 foram estabelecidos os princípios desta instituição em uma conferência realizada em Genebra e em 22 de agosto de 1864 a Cruz Vermelha foi oficialmente fundada com a aprovação de um compromisso aonde os governos dariam assistência aos feridos de guerra. Contudo, a Cruz Vermelha também desenvolve atividades em situações de normalidade social, como por exemplo, promover assistência a deficientes físicos (Cruz Vermelha Brasileira, 1990).

⁴⁰ Aldaíza SPOSATI (Org.), 1991, p. 33.

“ESCOLA PARA EXCEPCIONAIS

A Legião Brasileira de Assistência, em convênio com o governo do Estado e o SESC, acaba de criar em Florianópolis uma escola para crianças excepcionais (retardadas). As aulas começarão no dia 10 de março, no período da tarde, entre 13 e 17 horas. Serão ministradas por Professoras especializadas no Rio. As matrículas estarão abertas durante esta semana no período da L.B.A. no período das 13 e 17 horas, com as professoras Aidemé Mambrini¹¹ e Nadir Almeida e Emiliana Silva” (O Estado, 14 de fevereiro de 1962, p. 8).

A criação da Escola para Excepcionais é marcada pela participação do Serviço Social, tanto como uma resposta assistencial às necessidades pós-guerra, como uma organização da função deste profissional. Para compreender melhor esta afirmação é necessário lembrarmos que o mundo, principalmente a Europa, estava modificado após o término da II Guerra Mundial, exigindo medidas para a reconstrução ou reestruturação das sociedades. Havia a necessidade de prover instituições que promovessem cuidados para os mutilados de guerra (deficientes físicos) que passaram a ser considerados como deficientes e de sistemas adequados para adaptá-los ao mercado de trabalho, que carecia de mão-de-obra.

Esta, no entanto, não era propriamente a realidade no Brasil. Aqui não houve falta de mão-de-obra em decorrência de uma não extensa e intensa participação do país na segunda grande guerra. Por esta razão e tendo presente nossas especificidades históricas, o país não produziu uma política de bem-estar social — *Welfare State*¹² — que promovesse medidas e criação de

¹¹ Neste anúncio do jornal **O Estado**, o nome da professora está errado. Como já foi referido, ela chamava-se Haydée Mandrini.

¹² “Fenômeno do século XX, a provisão de serviços sociais, cobrindo as mais variadas formas de risco da vida individual e coletiva, tornou-se um direito assegurado pelo Estado a camadas bastante expressivas da população dos países capitalistas desenvolvidos. Ainda que alguns países — como a Alemanha, por exemplo — tenham dado origem a programas de seguro social já no final do século passado e que políticas de proteção a idosos, mulheres, incapacitados, etc. se tenham desenvolvido em vários países já no início deste século, é certo que o fenômeno do *Welfare State* experimentou incontestável expansão e até mesmo institucionalização no período do pós-guerra. É a

organismos adequados para sanar problemas específicos oriundos deste momento.

Contudo o movimento internacional de criação de “lugares” para “cuidar” dos mutilados de guerra, promoveu também entre nós um movimento de retirada dos portadores de necessidades especiais dos seus “esconderijos” para sua colocação em escolas e instituições, alargando/problematizando assim a esfera pública e sinalizando para o avanço do processo de democratização do atendimento por meio de iniciativas tais como a inserção de “excepcionais” no mercado de trabalho, com a criação do Serviço Social do Comércio (SESC)⁴³ e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Pois,

“a educação — vista como instrumento de correção das desigualdades e injustiças produzidas pela ordem econômica — e os mecanismos assistenciais passaram a ser adotados no atendimento das necessidades sociais do trabalhador. Igualmente, mecanismos de qualificação e aperfeiçoamento técnico-profissional começaram a ser utilizados como estratégia para conferir às relações capitalistas a necessária humanização” (Oliveira, 1996, p. 115).

1.1.1 - Serviço Social Escolar

Por ter sido grande a influência e a parceria da Educação e do Serviço Social na fundação da Escola para Excepcionais, vejo como importante apresentar como esta relação começou.

Após concluir o curso de Serviço Social na cidade do Rio de Janeiro, Marilde Rodrigues (que trabalhou na Escola para Excepcionais, conforme já

partir de então que se generaliza e ganha dimensões quase universais nesses países um conjunto articulado de programas de proteção social, assegurando o direito à aposentadoria, habitação, educação, saúde etc” (Arretche, 1995, p. 3).

⁴³ O SESC foi criado no dia 13 de setembro de 1946 pela Confederação Nacional do Comércio com o objetivo de “estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e de suas famílias e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, através de uma ação educativa” (Coelho, 19—, p. 62).

registrado na p. 21) começou em 1959 um trabalho para mobilizar o corpo docente, isto é, direção, professores e orientadora pedagógica da primeira escola em que este projeto foi desenvolvido, no Grupo Escolar Dias Velho. "O trabalho visou atender de maneira mais profunda, o escolar despertando o interesse da direção e professoras, para um contato com a família" (Coelho, 198-, p. 35) e assim orientou a implantação do Serviço Social na Educação em escolas primárias da cidade de Florianópolis.

Esta atividade, denominada Serviço Social Escolar, teve seu funcionamento iniciado no ano de 1959, nas dependências do Grupo Escolar Dias Velho, sob direção de Marilde Rodrigues com o objetivo baseado na "aplicação do Serviço Social no campo da Educação", buscando garantir ao aluno os meios fundamentais para um ensino integral, com a participação da família, da escola e da comunidade.⁴⁴

No ano de 1960, alunas do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina⁴⁵ e, concomitantemente, do Magistério Catarinense⁴⁶ iniciaram a realização de um estágio (que era exigência de desenvolvimento prático nos cursos) que ocorreu na área da educação escolar por meio do Plano Educacional sob responsabilidade de Marilde Rodrigues. O estágio foi realizado no Colégio Dias Velho por apresentar menor número de alunos e, assim, possibilitar um melhor desenvolvimento do trabalho, realizado com as professoras regulares do Colégio.⁴⁷

As estagiárias trabalhavam as dificuldades que eram vistas como comprometedoras do desenvolvimento integral da criança no ambiente escolar e

⁴⁴ Maria das Graça COELHO, 198-, p. 12.

⁴⁵ A Faculdade de Serviço Social, criada no ano de 1958 e situada em Florianópolis, passa a fazer da Universidade Federal de Santa Catarina, desde o momento de sua fundação em 1960.

⁴⁶ O material pesquisado não me possibilitou uma informação mais precisa sobre o Magistério Catarinense cursado pelas alunas de Serviço Social (Maria das Graça Coelho, 198-).

⁴⁷ Idem, p. 5, 10.

do seu rendimento escolar, e estudavam individualmente essas dificuldades e as causas que promoviam obstáculos ao processo de aprendizagem. Como resultado desses estudos foram detectadas as seguintes causas:

a) **Defeitos de Audição e Visão:** Uma criança que apresenta tais anomalias não pode acompanhar o ritmo normal da classe, nem atingir o seu pleno desenvolvimento, havendo a necessidade de um tratamento adequado para corrigir esses defeitos.

b) **Doenças Orgânicas:** Crianças com deficiências cardíacas por exemplo, deveriam ser encaminhadas a um especialista, onde seriam estudadas as causas para o devido tratamento.

c) **Desenvolvimento Físico:** Exagerado ou deficiente, cria problemas de ordem emocional, como insegurança, timidez, merecendo atenção.

d) **Alimentação:** Inadequada ou insuficiente prejudica o desenvolvimento da criança, pois o organismo debilitado gera cansaço corporal e espiritual.

e) **Horas de sono:** É necessário que a criança em idade escolar, descanse, repouse o máximo possível para favorecer o equilíbrio nervoso, concorrendo para um pleno desenvolvimento.

f) **Imaturidade Escolar:** A falta de maturidade para a aprendizagem acarreta dificuldades que deverão ser atendidas convenientemente.

g) **Condições Pedagógicas da Escola:** A professora precisa aceitar a criança e se for por ela aceita, necessita conhecê-la.

h) **Distúrbios Emocionais:** É sabido que fatores de ordem emocional, bloqueiam a inteligência.

i) **Desarmonia no Lar:** Lares destruídos e desorganizados dificultam o desenvolvimento da criança, a qual se vê desamparada, sem carinho e apoio. Para que a criança se desenvolva normalmente é necessário que o lar ofereça uma atmosfera de amor, carinho e compreensão.

j) **A Verminose:** Influencia diretamente no rendimento escolar da criança, prejudicando o seu desenvolvimento" (Coelho, 198-, p. 35-37).

Após nove meses, "dando continuidade ao trabalho iniciado no Grupo Escolar Modelo Dias Velho, que passou depois, a ser Grupo Escolar Barreiros

Filho, surgiu o Serviço Social no Plano Educacional” (Coelho, 198-, p. 31). Este trabalho no Grupo Escolar foi ampliado (em 1963) e após esta experiência surgiram outras unidades educacionais na capital catarinense, tanto nas escolas de ensino regular, com a organização de classes especiais para prestar atendimento à crianças com dificuldades de aprendizagem, como na Escola para Excepcionais para dar assistência aos portadores de deficiência mental, em outros Grupos Escolares e na Inspeção Regional de Educação (Idem, p. 49).

1.2 - Associação Santa Catarina de Reabilitação

A exemplo do envolvimento da Sra. Edith Gama Ramos na criação da Escola para Excepcionais (subitem 1.1., primeiro capítulo), a primeira dama do Estado de Santa Catarina também iniciou uma campanha para que fosse instituída uma entidade em Florianópolis que atendesse às vítimas de poliomielite¹⁸.

Com o nome de Associação Santa Catarina de Reabilitação, criada na capital do Estado em 1962, tinha a finalidade de recuperar vítimas da poliomielite, “com o que, estará capacitada a minorar a dor daqueles que foram vítimas da insidiosa moléstia” (O Estado, 28 de fevereiro de 1962, p. 08).

¹⁸ A poliomielite é uma doença causada por vírus (poliovírus), com contágio por meio de secreções oronasais, de água contaminada (falta de saneamento básico) e por vetores mecânicos (moscas). Este vírus invade o sistema nervoso e destrói células motoras — neurônios motores inferiores — causando paralisia nas áreas motoras levando à instalação da deficiência motora.

Esta doença inicialmente manifesta-se como uma infecção e, posteriormente, atinge o sistema motor destruindo neurônios e acarretando uma paralisia com perda muscular (flacidez muscular), uma paraplegia ou até tetraplegia, porém a incidência do comprometimento é a maior nos membros inferiores. Em casos graves, a poliomielite leva à morte pela paralisia dos músculos responsáveis pela respiração.

(Maria Zélia ROUQUAYROL, 1993, p. 266; Stanley L. ROBBINS et al, 1994, p. 1193 e Ricardo VERONESI, 1996, p. 469-471).

Tal Associação era então voltada para atender os deficientes físicos, as vítimas da poliomielite que ficavam com seqüelas motoras, com comprometimento físico.

Esta iniciativa surgiu após Edith Gama Ramos ter visitado os centros de recuperação em capitais do Brasil, como foi devidamente registrado e anunciado no jornal **O Estado**:

“Ilustre Dama da sociedade catarinense, visitando os Centros de Recuperação de inválidos no Rio, São Paulo e Curitiba, emocionada com o gigantesco trabalho desenvolvido em prol da reabilitação daqueles nossos irmãos, vítimas da poliomielite, teve a idéia de criar em Santa Catarina, a semelhança do que se faz naqueles Estados, uma associação que prestasse assistência, recuperando as vítimas da insidiosa moléstia” (06 de janeiro de 1962, p. 01).

A Associação Santa Catarina de Reabilitação teve sua inauguração no dia 05 de janeiro de 1962. A inauguração desta entidade representou, ao mesmo tempo, o início de uma campanha para viabilizar as atividades, os serviços e o atendimento ambulatorial para o público ao qual se destinaria, ou seja, “às classes menos favorecidas” (Ibid).

Para acompanhar e transmitir seu apoio a esta campanha, que estava sendo desenvolvida para a instalação da Associação; Dr. Nilton Baptista, presidente da Associação Brasileira de Reabilitação, veio à Florianópolis.

Foram elencados vários pedidos de doações de equipamentos, de vários aparelhos, como por exemplo: aparelho de exercícios duplo, rema-rema mecânico, bicicleta para exercício para adulto e outra para criança, muleta canadense de duralumínio (com regulagem de altura por botões), exercitador de pernas e tornozelos, conjunto de bota de alumínio, barra de aço, pesos, conjunto de tração portátil, cadeiras de rodas, entre muitos outros materiais.⁴⁹ A lista completa dos aparelhos necessários para o início dos atendimentos da Associação Santa Catarina de Reabilitação foi publicada no jornal O Estado para que a população e/ou entidades colaborassem.

Os pedidos foram sendo atendidos e recebidas várias doações, que eram anunciados à população por anúncios no jornal já referido. A Associação

⁴⁹ O Estado, 28 de fevereiro de 1962, p. 08.

iniciou os trabalhos em um prédio na rua General Bittencourt, n. 102, doado pelo SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, e os idealizadores deste trabalho manifestaram seu agradecimento à população em um artigo publicado na primeira página no jornal O Estado, 02 de março de 1962, que foi pronunciado nas seguintes palavras: a Associação “agradece aos doadores e, ao mesmo tempo apela ao povo e entidades, para que cooperem nessa cruzada em favor das vítimas da poliomielite”.

O que podemos concluir é que a Associação Santa Catarina de Reabilitação foi criada para resolver as conseqüências da poliomielite com soluções imediatas, promovendo uma deturpação do real motivo do problema, sem sanar as causas. Na realidade, o que ocorre é uma falta de políticas públicas de saúde que evidencia a ausência do Estado, ou seja, ele não faz sua parte e depois oferece um serviço de caráter assistencial para remediar as conseqüências.

A falta de saneamento e precárias condições de vida são algumas das causas das doenças, e conseqüentemente, da poliomielite, que é sanado pelo Estado com a implantação de entidades como a Associação Santa Catarina para atender aos pobres acometidos por este mal através da filantropia, ajuda e assistência, como sendo um favor, uma ação de benemerência e não uma questão de direito.

“No domínio da saúde, por exemplo, a doença passa a ser atribuída à falta de higiene pessoal, à educação deficiente, ao mau comportamento do indivíduo que bebe ou come de forma indevida”.⁵⁰ Desta forma, o que deseja-se mostrar é que acaba-se com o “mal” por meio da distribuição de remédios ou campanhas de vacinação, com políticas sociais que exercem um “poder” de estigmatizar, controlar e esconder as reais causas dos problemas sociais.

⁵⁰ Vicente de Paula FALEIROS, 1991, p. 58.

1.3 - Divisão de Ensino Especial na SED

Em 1962, mesmo ano da fundação da Escola para Excepcionais e da inauguração da Associação Santa Catarina de Reabilitação, foi criada a Divisão de Ensino Especial na Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina (SED) com a finalidade de proporcionar atendimento aos portadores de deficiência visual e de áudio-comunicação (surdos-mudos).

1.3.1 – Setor de Deficiência Visual⁵¹

Com a criação desta Divisão, em 1962, foi dado o primeiro passo na busca de um atendimento oficial aos deficientes visuais em Santa Catarina.

No ano seguinte, a Divisão de Ensino Especial, representada pelo secretário Elpídio Barbosa, selecionou e encaminhou duas professoras – Teresinha Seleme⁵² e Iolanda Isabel Picczarka⁵³ – ambas da cidade de Canoinhas (norte do Estado de Santa Catarina), para fazer o “Curso de Especialização para o Ensino de Cegos” na Escola Caetano Campos, em São Paulo, promovido pela Campanha Nacional de Educação de Cegos e Fundação para o Livro do Cego no Brasil. Este curso era destinado à cegos e ambliopes, com a duração de um ano e tinha como objetivo ensinar a como viver e conviver

⁵¹ As informações sobre o setor de Deficiência Visual na Divisão de Ensino Especial foram, na sua maioria, dadas pelo Professor Adilson Ventura em entrevista realizada pela autora em 25 de setembro de 2001 e complementadas por Maria Helena KOERICH, 1984, p. 51-52 e Alice FERNANDES, 1979, p. 12-13.

⁵² Nasceu na cidade de Canoinhas, ingressou no Curso Normal e no ano de 1974 cursou Geografia em União da Vitória (PR), com duração de quatro anos (Informações obtidas pelo questionário preenchido por esta professora no mês de outubro de 2002).

⁵³ Nasceu na cidade de Canoinhas e era formada no Curso Normal (Informações obtidas pelo questionário preenchido por esta professora no mês de outubro de 2002).

com os cegos e ensinar quais eram os seus direitos. E estas duas professoras foram à São Paulo com todas as vantagens que tinham do cargo de professor.

A *Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão* foi instituída em 1958, vinculada ao Instituto Benjamin Constant (RJ).

“No dia 29 de novembro daquele mesmo ano, pela Portaria n.º 566, uma comissão diretora foi instituída sob presidência do Ministro de Estado e Educação e Cultura, Clóvis Salgado. Os demais integrantes da comissão eram: Wilton Ferreira, José Espíndola Veiga e Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá, representantes do Instituto Benjamin Constant, Rogério Vieira, representante do Conselho Regional do Bem-Estar dos Cegos, e Dorina de Gouvêa Nowill, da Fundação para o Livro do Cego no Brasil” (Mazzotta, 1996, p. 50).

Em 1960 esta campanha não possuía mais vínculo com o Instituto Benjamin Constant e passou a ser denominada *Campanha Nacional de Educação de Cegos* (CNEC), sendo que ficou subordinada ao Ministro da Educação e Cultura e em 1962 tinha como diretora executiva a Professora Dorina Gouvêa Nowill. Dorina — cega desde os dezessete anos — “foi a primeira aluna cega a matricular-se em São Paulo, numa escola comum, para estudar junto com estudantes com visão normal.”⁵⁴

Na época em que ainda estudava, “com a ajuda de colegas, conseguiu que a Escola Caetano Campos implantasse o primeiro curso de especialização de professores para o Ensino de Cegos em 1945”.⁵⁵ Desta forma, formou-se professora de deficientes visuais na Escola Caetano Campos e pela constatação que havia um pequeno número de livros em Braille reuniu voluntários e criou a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, em São Paulo, no dia 11 de março de 1946. Era uma entidade particular, sem fins lucrativos e com abrangência nacional. Contando com a ajuda do Estado de São Paulo e da comunidade, tinha como objetivo inicial “produzir e distribuir livros impressos em sistema Braille. Posteriormente teve suas atividades ampliadas no campo da educação,

⁵⁴ Fundação Dorina Nowill, 2002, web.

⁵⁵ *Idem*.

reabilitação e bem-estar social das pessoas cegas e portadoras de visão subnormal” (idem, p. 34).⁵⁶

O curso de especialização de professores para o Ensino de Cegos, oferecido na Escola Caetano Campos, trabalhava os dois tipos de ensino destinados aos indivíduos considerados portadores de deficiência visual que eram as **classes “Braille”** e o **Ensino Itinerante**. Estes foram instituídos pela **Lei n.º 5.991 de 26 de dezembro de 1960**⁵⁷, que dispunha sobre o ensino de cegos e amblíopes e definia a finalidade deste tipo de ensino no seu terceiro artigo:

“Art. 3º - O ensino itinerante se destina aos estabelecimentos oficiais ou particulares que, necessitados dessa assistência especializada, não tenham número de alunos julgado suficiente para a instalação das classes a que se referem os artigos anteriores”.

Os artigos anteriores referem-se à criação de classes “Braille” em escolas residenciais ou particulares e instituições de ensino oficiais ou particulares para alunos considerados portadores de deficiência visual. E o artigo quatro definia que “o provimento dos cargos de regente de classes referidas nos artigos anteriores e dos reservados às funções de professor itinerante será feito mediante concurso de títulos e provas, ao qual só poderão concorrer professores primários, portadores de certificado de especialização, para o ensino de cegos, expedido por Instituto de Educação do Estado”.

As professoras encaminhavam-se para a realização da especialização no Instituto de Educação “Caetano Campos” segundo as seguintes condições:

“Parágrafo único. Os atuais extranumerários, contratados para a regência de ‘Classes Braille’ e ensino itinerante e que se encontrem em exercício nesta data, poderão, mediante proposta do Departamento de Educação, ser aproveitados, em caráter efetivo, nos cargos de Professor Primário a serem destinados, nos termos do artigo 9º, ao ensino especializado de cegos e amblíopes desde que preencham as

⁵⁶ Em 1990, a Fundação para o Livro do Cego no Brasil passou a se chamar Fundação Dorina Nowill para Cegos.

⁵⁷ Ver ANEXO 3.

condições estatuídas no presente artigo para os professores primários efetivos”.

As disciplinas deste curso de especialização eram as seguintes: Anatomia, Fisiologia, Patologia dos Olhos, Prevenção da Cegueira, Efeitos Psicológicos da Cegueira, Braille, Metodologia Especializada, Artes, Orientação Vocacional e Reabilitação.⁵⁸

Após realizar o curso, as duas professoras deveriam trabalhar na cidade de Florianópolis, contudo, pelo o que elas denominaram de “motivos pessoais” retornaram a Canoinhas e implantaram um atendimento para deficientes visuais, isto é, o Ensino Itinerante. Após a identificação de crianças e jovens cegos por meio de testes visuais selecionavam-se os alunos que receberiam o atendimento em suas casas e os alunos que tinham condições de locomoção freqüentariam as aulas de Braille em uma sala escolar. Estes alunos eram provenientes de classes alta e baixa e não freqüentavam a escola comum.⁵⁹

Este trabalho pioneiro não possuía ajuda do Município, além do salário pago pelo cargo de professor. A cidade de Canoinhas também não contribuía oficialmente e o material utilizado no trabalho fora trazido em sua maioria de São Paulo. O único auxílio era dado pela Coordenadoria de Mafra (antes a 8ª Unidade de Coordenadoria Regional era localizada em Mafra), por uma médica oftalmologista da comunidade que atendia gratuitamente e por uma Ótica que doava alguns óculos para as crianças que não tinham condições de pagar. Por fim, sem grande ajuda e muitas dificuldades, sendo impedidas de realizar muitos encaminhamentos e de conseguir fazer o trabalho avançar, as professoras Teresinha e Iolanda desistiram de continuar, terminaram com os atendimentos e voltaram às suas antigas atividades de professor que desenvolviam antes de ingressarem no curso de especialização.⁶⁰

⁵⁸ Informações obtidas por meio do questionário preenchido pelas professoras Therezinha Seleme e Iolanda Isabel Pieczarka.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

Em 1964, foram encaminhadas mais duas professoras – Maria Augusta Cordeiro e Alaíde Boing – ambas de Brusque e, em 1965, a professora Benta Luciano, de Rio do Sul, para se especializarem no mesmo curso e local, com vistas aos mesmos fins. O atendimento através do **Ensino Itinerante** começou também em Florianópolis no ano de 1967, porque uma das professoras de Brusque veio morar na cidade.

Em julho do mesmo ano, implantou-se um programa oficial da Secretaria de Educação e Cultura, sob direção do professor Adilson Ventura, que se baseava na reestruturação do setor de deficientes visuais, que já existia na prática, mas era ainda, segundo ele, pouco sistematizado. Foi realizado um levantamento de todo o acervo de materiais (reglete, sorobã, bengala, livros em Braille, etc.), comprados pela Secretaria de Educação no ano anterior, para disponibilizá-los para o serviço e uso dos professores e alunos. Também foi elaborado um programa de prevenção, que consistia em um levantamento da acuidade visual, a fim de detectar crianças com problemas visuais, através da aplicação da Escala Optométrica Decimal de Suellen (quadro de letras “E” viradas em várias posições) nas primeiras séries das escolas de ensino regular da rede pública (1.^a à 4.^a série).

Esta campanha de levantamento da acuidade visual nas escolas funcionou no período de 1968 a 1978, devido à importância de descobrir crianças que estivessem no início ou em processo de desenvolvimento de uma deficiência visual. Esta preocupação, porém, não se restringia somente às crianças, também se tinha o objetivo de descobrir casos de problemas visuais nas famílias ou pessoas conhecidas dessas. Desta forma, eram realizadas reuniões, conversas, orientações e encaminhamentos, se necessário, para a consulta oftalmológica.

Na década de sessenta, em Santa Catarina, a única iniciativa oficial de atendimento para os cegos era através do Ensino Itinerante. Nenhuma

instituição específica foi criada, porque o entendimento do grupo⁶¹ envolvido com a sistematização do atendimento ao deficiente visual era de que ele deveria ser feito na escola regular, pensamento este que era tido como a “filosofia moderna” na época.⁶²

Não obstante, em 23 de dezembro de 1963, foi encaminhada à Assembléia Legislativa pelo governador Celso Ramos, uma lei para a criação do Instituto Catarinense dos Cegos. O Governador Celso Ramos autorizou a criação do Instituto Catarinense de Cegos, que se chamaria “Vidal Ramos”, através da Lei n. 3379 de 23 de dezembro de 1963.⁶³ Este instituto teria a finalidade de alfabetizar através do sistema braile, ensinar artesanato e a cultura da música, encaminhar profissionais cegos ao mercado de trabalho e integrar o cego na sociedade.⁶⁴ Para que este projeto fosse posto em prática, o Chefe do Poder Executivo foi autorizado a abrir o crédito necessário, por meio do excesso de arrecadação ou por outros meios disponíveis.⁶⁵

Por entender que os cegos deveriam ser integrados nas escolas regulares e não em instituições especializadas, em separado, mesmo com a Lei n.3379 aprovada, uma ação desenvolvida pelo grupo de pessoas envolvidas no movimento dos portadores de necessidades especiais embargou a criação desta instituição. Então, o Instituto não foi efetivamente criado.⁶⁶

⁶¹ Este “grupo” era composto por Adilson Ventura e pelo advogado Luiz Carlos Nunes D’Angelo, que também era cego e antigo aluno do Instituto Benjamin Constant. Este veio para Florianópolis para trabalhar no SESC e estava envolvido no movimento de integração social do cego.

⁶² Informações dadas pelo Professor Adilson Ventura em entrevista realizada pela autora em 25 de setembro de 2001.

⁶³ ESTADO DE SC. Legislação – 1963, p. 169.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem e ESTADO DE SC, 1964, p. 337.

1.3.1.1 - Adilson Ventura: uma ação pioneira⁶⁷

Por ser um dos primeiros cegos a freqüentar o sistema regular de ensino em Santa Catarina e por ter tido uma participação fundamental nas iniciativas iniciais de sistematização de um atendimento que fosse ao encontro das necessidades dos alunos portadores de deficiência visual na década de 60, vejo como relevante apresentar aspectos de sua história pessoal, pois sua biografia está intimamente entrelaçada com “a própria história da educação especial para portadores de deficiência visual em Santa Catarina”.⁶⁸

Ventura nasceu na cidade de Florianópolis no dia 19 de dezembro de 1939, em uma família pobre. Seu pai trabalhava na estiva, sua mãe era doméstica e tinha onze irmãos, sendo ele o único cego.

Aos seis/sete anos descobriu-se que ele não enxergava do olho esquerdo, devido à existência de um ponto branco, diagnosticado, mais tarde, como sendo uma catarata. A cegueira, porém, avançava. Aos oito anos de idade foi então encaminhado a um renomado especialista do Hospital São Sebastião, em Florianópolis. Não foi, no entanto, detectada a causa do seu problema. Levado para outros oftalmologistas, também não conseguiram diagnosticar seu caso.

Em 1952, aos 13 anos, cursando a terceira série do ensino primário, perdeu a visão e não conseguiu completar os estudos no ano corrente. No seguinte, praticamente não enxergava mais nada e já havia parado de ir à escola. Ficava em casa, escutava sobretudo rádio e saindo cada vez menos e isolando-se cada vez mais. Aos 18 anos, teve uma oportunidade de ir estudar

⁶⁷ As informações dadas pelo Professor Adilson Ventura em entrevista realizada no dia 25 de setembro de 2001 e no artigo intitulado “Adilson Ventura: ‘O mais completo centro de reabilitação visual da América Latina vai ser implantado na FCEE’, publicado na revista **Vivência**, 1989.

⁶⁸ Citação retirada do artigo “Adilson Ventura: ‘O mais completo centro de reabilitação visual da América Latina vai ser implantado na FCEE’, publicado na revista **Vivência**, 1989, p. 12. As informações relativas à biografia de Adilson Ventura foram obtidas em entrevista realizada pela autora no dia 25 de setembro de 2001.

no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, mas com medo do desafio achou por bem continuar em casa.

Assim, desde sua saída da escola, a sua vida de isolamento durou dez anos. Até que, em 1962, escutou no rádio que um professor cego havia chegado em Florianópolis e oferecia-se para ensinar Braille, no SESC, a outros cegos. Ventura sequer sabia o que era Braille, mas decidiu descobrir acerca do que se tratava.

As aulas foram iniciadas no dia 22 de abril do mesmo ano. Elas eram pagas e ele precisou contar com a ajuda financeira de familiares. No dia primeiro de maio de 1963, o professor do curso propôs que Ventura trabalhasse na Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke S.A., situada, na época, na rua Felipe Schmidt esquina com a rua Rio Branco. Começou a trabalhar em 20 de maio do referido ano, com a função de furar cartões, cortar papelões, montar caixas, etc e permaneceu neste emprego durante quatro anos.

Em 1965 fez o supletivo no Colégio Catarinense. Em 1966 formou-se no clássico (escola secundária) e em 1967 começou a cursar Pedagogia na UDESC. Durante este período trabalhava na fábrica de dia e cursava a faculdade à noite. Decidido a sair da fábrica, marcou uma entrevista com o Secretário de Educação da época, Dr. Cravero, no dia 30 de maio. Começou a trabalhar na Secretaria de Educação (meio período) e em 5 de julho de 1967 iniciou sua atividade na Divisão de Ensino Especial, setor de Deficientes Visuais.

Em 1968 começou também a cursar História na Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalhava à tarde e estudava Pedagogia à noite. Formou-se em Pedagogia no final de 1970 e em História dois anos depois.

Entre 1973 a 1976 lecionou história nas escolas Lauro Muller e Rosinha Campos, ambas na cidade de Florianópolis. Em 1976 o Estado extinguiu a Divisão de Ensino Especial e passou o atendimento e toda a equipe de trabalho para a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), pois a partir deste ano esta instituição ampliou o público alvo de atendimento, que antes era restrito aos deficientes mentais, para atender também outras deficiências. Para tanto, Ventura passou a ocupar o cargo de técnico do setor de deficientes

visuais do Centro de Desenvolvimento Humano 4 que se destinava a atender cegos e surdos.

No Seminário de Integração Nacional, realizado na década de 1970, Ventura foi o palestrante de uma mesa-redonda chamada "**Mudanças da escola frente à integração**", onde fez referência às iniciativas que promoveram uma ampliação dos serviços de atendimentos específicos aos portadores de deficiência visual que ocorreram na década de 1960, salientando que apesar dos esforços realizados, dos cerca de um milhão de brasileiros portadores de deficiência visual, somente 20% teve acesso a algum tipo de atendimento. Ao continuar sua reflexão sobre aquela década, afirmou que "por piores que sejam as condições a eles oferecidas no ensino regular, mesmo assim, não resta a menor dúvida, é preferível essa situação do que o abandono. Sempre é bem melhor qualquer coisa do que coisa alguma"⁶⁹.

No dia 19 de junho de 1977 fundou, com um grupo de cegos, a Associação Catarinense para a Integração do Cego (ACIC), com ênfase no entretenimento (lazer) e na profissionalização. Nove anos depois era o administrador da ACIC, cargo que o levou ao envolvimento com organizações nacionais e internacionais. Foi eleito presidente da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais (ABEDEV), em junho de 1983. No ano seguinte participou da fundação da União Mundial do Cego, como delegado brasileiro e fez parte do Conselho Executivo, cargo que ocupa até hoje.

Diretamente envolvido no movimento de afirmação dos cegos brasileiros, participou da criação, em 15 de abril de 1984, da Federação Brasileira de Entidades de Cegos (FBEC), em Florianópolis, que congregava organizações de quase todos os Estados brasileiros. A partir do mesmo ano, participou da comissão para a criação da União Latino-americana do Cego (ULACA), que foi fundada em novembro de 1985, em Mar del Plata (Argentina), sendo eleito,

⁶⁹ Não posso precisar a data exata que ocorreu este Seminário, porque estas informações estão contidas no artigo **Qualquer coisa é melhor que coisa alguma**, publicado na Revista Vivência, porém esta edição não apresenta a ano. Sei que é a década de 1970 por meio da seqüência temporal das informações expostas neste artigo (**Vivência**, sem ano, p. 18-19).

nesta oportunidade, para a vice-presidência da entidade. Foi eleito presidente da ULACA de abril de 1988 até 92. Desta maneira, engajou-se, efetivamente, no movimento internacional, que acabou por propiciar o contato com a Organização de Cegos da Espanha (ONCE).

José Antonio Regys Duran, um dos principais dirigentes da ONCE visitou a FCEE, em 1989, "com o objetivo de verificar a possibilidade de implantar, no próprio campus da Fundação, um centro de reabilitação visual".⁷⁰ A ONCE forneceu material e equipamentos avaliados em cerca de 130 mil dólares, promoveu treinamento de pessoal e prestação de assessoria técnica para a implantação do então considerado mais completo e moderno Centro de Reabilitação Visual da América Latina, que foi instalado em 1992. Este Centro destinava-se principalmente para o treinamento de pessoas com baixa visão.

1.3.2 – Setor de Áudio-comunicação

A figura expoente no início dos trabalhos em prol de um atendimento organizado e sistematizado para portadores de deficiência auditiva, que na época eram considerados deficientes de áudio-comunicação, foi Francisco de Lima Júnior, também surdo. Nasceu no dia 01 de junho de 1928 em Florianópolis. Em 1937 foi estudar no Instituto Paulista de Surdos na cidade de São Paulo e depois mudou-se para o Rio de Janeiro e estudou, em sistema de internato, no Instituto Nacional de Surdos Mudos, até 1946. Nestes institutos, formou-se no curso médio e superior, com habilitação em ensino especial, desenho, encadernação, ginástica, datilografia e em contabilidade pelo Instituto Monitor, que era um núcleo de ensino profissional por correspondência. Em

⁷⁰ FCEE. "Adilson Ventura: 'O mais completo centro de reabilitação visual da América Latina vai ser implantado na FCEE'", 1989, p. 14.

1954, também participou, juntamente com Salomão Watnick, da estruturação da primeira Associação de Surdos, em Porto Alegre.⁷¹

No período de 1953 a 1954, Francisco de Lima Júnior começou uma amizade com o Mário Devisate, primeiro presidente da Associação dos Surdos de São Paulo. Como um dos objetivos da Associação de Surdos de São Paulo era “organizar os surdos em todas as regiões do país”⁷² e “não tendo conhecimento da existência de Associação de Surdos em Florianópolis, o senhor Devisate deu um atestado de uma Associação dos Surdos em âmbito nacional e o senhor Francisco Lima Júnior veio como Delegado para a região sul do país, passando a morar nessa capital” (Silva, 2001, p. 33).

Em 1955 foi fundado o Círculo de Surdos Mudos de Santa Catarina (CSMSC), por Francisco de Lima Júnior, com o objetivo de acabar com o analfabetismo e lutar contra o desemprego dos indivíduos surdos.⁷³

“Nesse mesmo ano, a comunidade surda de Florianópolis elegeu seu primeiro presidente: o professor de surdos, também surdo, Francisco Lima Júnior”, que expressava o seu entendimento acerca da importância de compartilharem o convívio entre si. Para ele, só juntos seriam percebidos, poderiam auxiliar uns aos outros, conseguir uma melhor condição social.

⁷¹ As informações apresentadas foram obtidas em Vilmar SILVA, 2001, p. 31-33 e em conversa com Sandra Amorim no mês de dezembro de 2002.

Primeiramente, entrei em contato com Vilmar Silva, pois em sua dissertação de mestrado é apresentada uma entrevista realizada com Francisco de Lima Júnior. Expliquei a Vilmar Silva minha intenção de conversar pessoalmente com Lima Júnior, contudo, este me disse que conseguiu as informações para o seu trabalho por ser professor de surdos, por ter um irmão surdo e por ser conhecido na comunidade surda local. Ele me disse que os surdos evitam dar informações sobre sua história para ouvintes e falou para confirmar essa realidade com a presidente da Associação de Surdos de Florianópolis.

Sandra Lúcia de Amorim, presidente desta Associação, confirmou que Lima Júnior já deixou avisado que não concede entrevistas às pessoas que não pertençam à “comunidade surda” e que não daria mais entrevistas e informações aos ouvintes porque aconteceram muitos casos em que pessoas que o entrevistaram não deram retorno, nem ajudaram a melhorar o entendimento acerca dos surdos através de seus trabalhos ou pesquisas.

⁷² Vilmar SILVA, 2001, p. 33.

⁷³ Idem.

“Segundo o professor, os surdos organizados tinham a possibilidade de desenvolver sinais e de se comunicar com proficiência com os surdos filiados a qualquer associação do país”.⁷⁴

Francisco de Lima Júnior, acompanhado por membros do Círculo de Surdos Mudos de Santa Catarina (CSMSC), foi atendido pelo Governador Celso Ramos em 1961. Estes membros empenhavam-se para construir uma escola para surdos-mudos no Estado. O Governador aprovou o termo de contrato para o funcionamento e contratou o professor Francisco para estruturar a proposta pedagógica a ser implantada, tornando este atendimento um serviço oficial do setor de áudio comunicação.

Foi então fundada em 1º de março de 1962 a Escola para Surdos, mantida pela Associação de Surdos e Mudos de Florianópolis, na rua Francisco Tolentino n.12, tendo como professor Francisco de Lima Júnior. Nesta escola, o professor Francisco ensinava a língua de sinais, português (leitura e escrita), matemática, história e outras matérias para uma turma de quinze alunos, inicialmente.

Em 1966, a Escola para Surdos foi transferida para o Grupo Celso Ramos.⁷⁵

1.4 - Modernização em Santa Catarina: processo histórico que desafia avançar no atendimento aos considerados “excepcionais”

Segundo PEREIRA⁷⁶, no início dos anos 1960, época da criação da Escola para Excepcionais e da Divisão de Ensino Especial, ocorreram alterações

⁷⁴ Vilmar SILVA, p. 31-32.

⁷⁵ Eu não consegui obter informações referentes ao que aconteceu com esta escola.

significativas no Estado de Santa Catarina, com grande relevância para sua capital, Florianópolis, que se mostra como cidade expoente nesse momento de gênese da organização do atendimento aos portadores de necessidades especiais. Tendo presente o objetivo desta pesquisa — compreender o movimento de afirmação e avanço da educação especial com a estruturação/organização de atendimentos pertinentes —, e tendo presente que a educação necessariamente representa a sociedade na qual se manifesta, vejo como fundamental compreender aspectos do contexto de modernização no âmbito do qual a educação é realizada, implantada.

Á partir dos anos 60 evidenciou-se mais fortemente uma contestação ao “velho” padrão social e uma mobilização de diversos recursos, como por exemplo, a ampliação da criação de escolas, a geração de energia elétrica para propiciar a existência de lares mais cosmopolitas e de empresas com os padrões hoje vigentes. A mentalidade dos moradores abriu-se para novos comportamentos, em um claro momento de intensificação do processo de modernização/urbanização da capital do Estado, justificada pelo “crescimento vertical da cidade, ampliação da área urbana de 48 para 60 km², instituição do processo de planejamento do setor público e alterações sensíveis no orçamento municipal” (Pereira, s.d., p. 77).

Segundo SILVA (2000), percebe-se então um aumento de renda e a capital é vista como sede administrativa do Estado por sua dinâmica favorecida pelo impulso dado pela criação das faculdades de Filosofia (1952), Medicina (1957), Serviço Social (1958), pelos debates para a implementação de uma Universidade e, enfim, pela criação em 18 de dezembro de 1960 (Lei 3.849) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), “reunindo as Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Ciências Econômicas, Serviço Social

⁷⁶ Nereu PEREIRA, s.d., p. 77.

e Escola de Engenharia Industrial”⁷⁷. No entanto, foi oficialmente instalada em 12 de março de 1962.

Ao mesmo tempo em que a UFSC foi expressão deste movimento de modernização, a sua instalação foi também um fator muito importante para o “arranco” do progresso social da cidade, constituindo-se em ponto de partida para mudanças sociais significativas. A UFSC impulsionou inclusive financeiramente Florianópolis e possibilitou tornar presente o novo, o moderno, o considerado mais avançado. O impacto da Universidade foi vigoroso sendo o seu orçamento, em 1962, “responsável por aplicações três vezes e meia superior ao orçamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que à época custeava 1.108 empregos diretos” (Pereira, s.d., p. 102).

Este processo de modernização também é explicado por toda uma transição que o próprio Estado de Santa Catarina passou nas décadas de 1950 e 1960. Segundo IANNI (1996, p. 26), o período de 1930 a meados da década de 1950 é marcado pela transição da economia brasileira, que passa de um sistema político e econômico oligárquico para o urbano-industrial, ou seja, “para uma economia em que o setor industrial passou a predominar” (Ibid, p. 306).

“Essa transição implicou em uma série de reajustes e reacomodações econômicas, sociais, políticas e culturais. (...) Esse foi o motivo por que o Estado foi levado a desempenhar papéis novos e decisivos, na reorientação, funcionamento, diversificação e expansão da economia do País. Essa foi a razão por que ocorreu a progressiva adoção de técnicas de planejamento, como instrumentos da política econômica governamental” (IANNI, 1996, p. 309).

Neste período de transição econômica nos anos 1930-50, a intensificação do capitalismo industrial no país promoveu o surgimento de novas exigências educacionais a fim de atender diferenciadas necessidades de instrução. Este momento caracterizou-se por um crescimento da demanda por ensino exigindo,

⁷⁷ Informações sobre a criação e instalação obtidas na própria *home-page* da UFSC na Internet, acessada em 11 de abril de 2002.

assim, uma expansão da escola. Contudo esta não foi oferecida de forma homogênea em todo o país, devido à falta de recursos e à não modificação de sua própria estrutura. A escola que foi expandida era a mesma que educava as elites, respondendo às pressões desta classe, sem ter a perspectiva de tornar-se efetivamente gratuita e universal e sem ter uma igual preocupação com a expansão quantitativa e com a qualitativa.⁷⁸

Com a posse do presidente Juscelino Kubitschek, em 1956, começou um período de grande e profunda mudança na economia brasileira, que durou até 1960. O Plano de Metas formulado pelo governo Juscelino era uma política econômica governamental que tinha como finalidade a implantação de uma estrutura industrial nacional interdependente, buscava impulsionar a substituição de importações, a entrada do capital estrangeiro, a implantação de indústrias dinâmicas e a infra-estrutura rodoviária.⁷⁹ Juntamente com este plano acontece a “redivisão interregional do trabalho”, isto é, o “centro” (região Sudeste) transfere a produção agrícola para outros estados (CEAG/SC, 1980, p. 124).

Santa Catarina também era um dos estados então produtores no setor agrícola, mas começa, em resposta a tal plano nacional, a produzir materiais (peças e equipamentos) necessários para as indústrias da região Sudeste. Ou seja, como resultado destas transformações, em meados de 1950 iniciou-se em Santa Catarina uma modernização acelerada com a ida de mão-de-obra do setor rural para as cidades em busca de trabalho. Em 1950, a população rural era de 76,8% e a urbana era de 23,2%, entretanto, em 1960, este quadro se modifica: a população rural é de 67,7% e a urbana é de 32,3%.⁸⁰ Esta mudança da população do campo para a cidade acarreta transformações como a

⁷⁸ Otaíza ROMANELLI, 2001, p. 58-69.

⁷⁹ Octavio IANNI, 1996, p. 151-161.

⁸⁰ Nereu do Vale PEREIRA *et al.*, 1971, p. 104.

diminuição da população rural, promove a aceleração no ritmo de urbanização e contribui para intensificar a industrialização.

Neste período, Santa Catarina acompanha a política governamental do país, isto é, adota o planejamento como técnica para alcançar o desenvolvimento. Com o exemplo do plano do Governo da República, a primeira tentativa de Santa Catarina é a do Plano de Obras e Equipamentos - POE (1954), implantado em 1956.

“O projeto do POE foi encaminhado à Assembléia Legislativa em 3 de março de 1955. No projeto havia a proposta de um aumento de 20% no Imposto sobre Vendas e Consignações - IVC, que seria utilizado para alavancar recursos e dar sustentação ao projeto de desenvolvimento que o governo propunha. O projeto previa investimentos em obras de infra-estrutura como forma de dinamizar as suas prioridades de governo, centradas: na Produção (dinâmica empresarial) - indústria e agricultura, e na Distribuição (transportes) - estradas de rodagem, energia elétrica. Tais investimentos serviriam de base, segundo o Plano, para o desenvolvimento de Santa Catarina. As políticas de investimento também previam recursos para a educação e saúde. Desta forma, o POE serviu como um importante instrumento técnico para o controle do Programa de Governo de Irineu Bornhausen, um orçamento paralelo, constituindo-se na reunião de vários programas setoriais” (Silva, 1996, p. 167).

O POE foi criado na gestão do governador Irineu Bornhausen⁸¹ (UDN) e com o término do seu mandato em 1956, Jorge Lacerda⁸² (PRP) assume e dá continuidade ao Plano.

⁸¹ Nasceu em Itajaí (SC) no dia 25 de março de 1896. Começou a trabalhar na área comercial e bancária e tornou-se um dos fundadores e principais acionistas do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO). Iniciou a sua carreira política como vereador de Itajaí, depois foi presidente da Câmara Municipal e três vezes prefeito. Em 1945 foi um dos fundadores da UDN. Dois anos depois foi presidente da UDN e governador do Estado de Santa Catarina do período de 31 de janeiro de 1951 até 31 de janeiro de 1956 e após o término de seu mandato exerceu o cargo de senador durante oito anos.

Informações obtidas no Jornal Diário Catarinense, **Governadores de Santa Catarina (1739/1993)**, 1993, p.71-75.

⁸² Nasceu em Paranaguá (PR) no dia 20 de outubro de 1914. Formou-se em Medicina em 1937 pela Faculdade de Medicina do Paraná, mas não exerceu a profissão. Em 1949, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói (RJ).

O governo catarinense dirigido por Jorge Lacerda, tinha também como objetivo colaborar com as metas do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico. Apoio que se traduzia nas seguintes palavras:

“O plano do Excelentíssimo Senhor Presidente da República objetiva, a superação das crises. Santa Catarina, que sofre do desequilíbrio comum a todo o País, sente-se no dever de procurar encaminhar, com o plano nacional, as soluções que traçou para seus próprios problemas. A lei estadual n.1365, de 4 de novembro de 1955, aprovou o PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS, que dispõe sobre estradas, energia, agricultura, educação e saúde. Muitos itens do programa que consubstancia identificam-se com as metas do PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO que o Governo da União, adotou, mas, em geral, vem facilitar, no território catarinense, a sua aplicação” (Estado de SC, 1956, p. 15).

Este governo foi interrompido com a morte de Jorge Lacerda em acidente aéreo em 1958 e conseqüente posse de seu vice Heriberto Hülse⁸³ que seguiu os projetos de administração estadual do governo que o antecederam.⁸⁴

Em 1950, elegeu-se deputado pelo Partido de Representação Popular (PRP) e se reelegeu em 1954. Concorreu ao Governo do Estado nas eleições de 1955, através de uma coligação entre o PRP e a UDN e com o apoio do Governador da época, Irineu Bornhausen (UDN).

Jorge Lacerda vence a eleição e assume o seu mandato em 31 de janeiro de 1956. Mas sua carreira política foi brutalmente interrompida com o seu falecimento em um acidente aéreo no dia 16 de junho de 1958.

Informações obtidas no Jornal Diário Catarinense, **Governadores de Santa Catarina (1739/1993)**, 1993, p.76-79.

⁸³ Nasceu em Tubarão no dia 30 de abril de 1902. Em 1923, começou a trabalhar nas Organizações Lage, uma companhia carbonífera, em Criciúma e, após dois anos, ingressou no Partido Republicano Catarinense (PRC) e elegeu-se deputado por este partido em 1934. Em 1946 concorreu a deputado federal pela UDN e passou a ocupar o cargo de segundo suplente. Somente depois de oito anos foi convidado por Irineu Bornhausen para ser seu secretário da Fazenda e em 1956 foi eleito vice-governador de Jorge Lacerda, tomando posse do cargo de governador em 16 de junho de 1958 até 31 de janeiro de 1961.

Informações obtidas no Jornal Diário Catarinense, **Governadores de Santa Catarina (1739/1993)**, 1993, p.80-84.

⁸⁴ Para um aprofundamento sobre a política e economia de Santa Catarina no período delimitado neste trabalho ver as obras referenciadas neste sub-item e nos seguintes livros e dissertações: BOITEUX, José Arthur. **Os partidos políticos de Santa Catarina**; CUNHA, Idaulo José. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**;

A continuidade dada à política de planejamento na gestão do governo Celso Ramos⁸⁵ foi proporcionada pelo PLAMEG – Plano de Metas do Governo instituído pela Lei nº 2772 de 21/07/1961, sendo executado neste ano até 1965.⁸⁶ Este plano foi gerado, em grande medida, através do Seminário Sócio-Econômico realizado em 1960, realizado pela Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC e foi criado com a finalidade de possibilitar a “execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado”⁸⁷ à partir de um plano de ação que era dividido em três itens, dos quais, o primeiro era referente à “investimentos para melhoria das condições de vida do homem”⁸⁸ e onde estava incluído trabalhos de obras e serviços na área da educação e cultura, separadamente dos trabalhos da área de saúde e assistência social.

Este plano buscava resolver a situação descrita no Documento Básico do Seminário Sócio-Econômico que apresentou o dado de que do total de 335.000 crianças na faixa etária dos sete aos doze anos, 140.000 não estavam matriculadas nas escolas catarinenses, e segundo SCHEIBE e DANIEL (2002, p. 26), a educação começou a ser evidenciada devido ao

DIAS, José de Souza (Org.). **Santa Catarina em perspectiva: os anos do Golpe**; LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Poder Político e mudança social**; PIAZZA, Walter. **Santa Catarina: sua história**; SILVA, Etienne Luiz. **O desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina**; MAY, Patrícia. **Redes político-partidárias de Santa Catarina (1961-1970)**.

⁸⁵ Nasceu em Lages no dia 18 de dezembro de 1897. Ingressou no curso superior de Engenharia de Minas em Ouro Preto, no entanto, por motivos de saúde, não o concluiu. Voltou para Lages e começou a envolver-se com a pecuária. Mudou-se para Florianópolis no ano de 1938, onde trabalhou na indústria e no comércio. Em Florianópolis foi o fundador e presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC). Celso Ramos ganhou as eleições de 1960 ao governo de Santa Catarina, pelo PSD, assumindo o cargo no ano seguinte, onde permaneceu até 1966. Desempenhou o cargo de senador de 1967 a 1974.

Informações obtidas no Jornal Diário Catarinense, **Governadores de Santa Catarina (1739/1993)**, 1993, p.85-88 e em Sônia LAUS. **A UDN em Santa Catarina**, 1985, p. 297-301.

⁸⁶ Sérgio SCHMITZ, 1985, p. 19.

⁸⁷ Idem, p. 63-64.

⁸⁸ Idem, p. 64.

“forte movimento desenvolvimentista desencadeado no Estado no início da década de 60, no qual reforçou-se a crença de que a carência de recursos humanos seria um dos principais pontos de estrangulamento do desenvolvimento. O governo estadual instalado em 1961 elaborou, para o quinquênio 1961-1965, um ‘Plano de Metas’ instituído com base nos postulados de três grandes objetivos: O homem, o meio e a expansão econômica. A valorização dos recursos humanos deveria ser buscada através da difusão cultural, da pesquisa e da educação em todos os níveis e ramos”.

A educação possuía um fundo próprio denominado Fundo Estadual de Educação, suprido através da arrecadação de taxas e impostos, para construir, ampliar e equipar prédios escolares no ensino fundamental e superior, possibilitar um aperfeiçoamento dos serviços oferecidos e da qualidade pedagógica e fornecer ajuda financeira a instituições particulares ou públicas que tinham relação com a área. Este fundo “era constituído de 50% da arrecadação da Taxa de Educação e Saúde, 3% do imposto sobre Vendas e Consignações – IVC e da renda proveniente da aplicação do Decreto Federal n.º50.423, de 08/04/61” (Sérgio SCHMITZ, 1985, p. 65).

Capítulo 2

APAE de Brusque: a primeira iniciativa particular em Santa Catarina

Em meados de 1955 foi iniciado em Brusque um movimento que tinha como finalidade a criação da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado de Santa Catarina. Esta Associação foi fundada no dia 14 de setembro de 1955 (e pelo que pesquisei foi realmente a primeira instituição particular de educação especial do Estado de Santa Catarina).

Esta instituição, pioneira na educação especial catarinense, foi iniciativa do Dr. Carlos Moritz⁸⁹ e de sua esposa Ruth, com o objetivo de encontrar recursos para melhor educar seu próprio filho Pierre, portador de deficiência mental.⁹⁰ A propósito, em uma entrevista Dr. Moritz fez a seguinte declaração:

“... embora ferindo a modéstia da real inspiradora do Instituto, devo confessar que foi a d. Ruth de Sá Moritz, que, desde a idealização até o funcionamento, não tem medido esforços, nem sacrifícios para

⁸⁹ Médico, com especialidade de clínico geral, nasceu na cidade de Brusque no dia 23 de junho de 1916. Motivado por seu grande interesse e gosto pela política, em 1955 concorreu à eleição a prefeito de Brusque, pela UDN. Disputou com o candidato Ingo Renaux (PSD) e venceu as eleições com a promessa de prover um sistema público de água para a cidade. Dr. Carlos toma posse no dia 31 de janeiro de 1956, cumprindo mandato normal até a posse de Cyro Gevaerd, em 31 de janeiro de 1961.

Meu objetivo era fazer uma entrevista com Dr. Carlos Moritz, que ainda vive e mora em Brusque. Porém, ele passa por complicados problemas de saúde e, bastante idoso, não recorda bem dos acontecimentos relativos à criação da APAE, devido à lapsos de memória. Por estes motivos, foi possível somente uma rápida conversa por telefone, mas não propriamente uma entrevista com um dos fundadores desta instituição pioneira.

⁹⁰ APAE DE BRUSQUE. **Centro de Convivência**, s.d.

proporcionar às crianças excepcionais, oportunidade, não só de serem assistidas como seres humanos, mas ainda de proporcionar, através escola especializada, condições de sociabilidade e auto-suficiência".⁹¹

Com o apoio de um grupo de amigos – Bruno Maluche (empresário), Ayres Gevaerd (comerciante), Bruno Moritz (farmacêutico) – Dr. Moritz e esposa viajaram para o Rio de Janeiro e São Paulo com a finalidade de visitar internatos, escolas e realizar consultas com médicos especializados. Entretanto, encontraram escolas voltadas à perspectiva assistencialista, que não evidenciavam maiores preocupações educacionais.⁹²

Dr. Moritz dirigiu-se então ao Instituto de Doenças Mentais do Juqueri em São Paulo, onde teve orientações do Dr. Carvajal Ribas, especialista em psiquiatria, que o aconselhou a contratar uma professora para “conviver” com seu filho.⁹³

Durante sua estada no Rio, Dr. Moritz iniciou um contato com o Ministério da Educação, sendo informado que a professora Helena Antipoff trouxera dos Estados Unidos a idéia de formar uma APAE, ou seja, uma escola com o objetivo de atender crianças com comprometimento mental.⁹⁴

Na sua volta à Brusque, Dr. Moritz contratou a professora Zenaide Rodrigues para “orientar, observar e ensinar algo ao menino” em sua casa e

“iniciou contatos para a formação da instituição, aquisição de terreno e construção da escola. Foi então marcada uma reunião na residência do dr Carlos Moritz em 14/09/1955, estando presentes: dr Carlos Moritz, sra Ruth Moritz, sr Bruno Maluche, sr Ayres Gevaerd, e sr Bruno Moritz para tratar deste assunto”.⁹⁵

⁹¹ Citação retirada do artigo Dr. Carlos Moritz na “Semana do Pedágio”: “Há dez anos o Instituto Santa Inês vem assistindo e educando as crianças excepcionais do município”, publicado no jornal “**A NAÇÃO**” de Brusque, no dia 04 de maio de 1968, p. 5.

⁹² APAE DE BRUSQUE. **Capítulo APAE**, s.d.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ APAE DE BRUSQUE. **CAPÍTULO APAE**, s.d., s.p.

Nesta reunião o grupo elaborou o estatuto da Associação e foi realizada a doação, por parte de Bruno Maluche, de uma área de terra localizada no Jardim Maluche para a construção da escola que seria mantida pela APAE.

Assim, a APAE de Brusque foi fundada oficialmente no dia 28 de novembro de 1956, com caráter cultural⁹⁶, assistencial e educacional, sem fins lucrativos e dissociada da iniciativa pública.

O atendimento da escola especializada — chamada **Instituto de Educação Santa Inês**, mantida pela APAE —, só foi iniciado, porém, em 17 de maio de 1958 nas dependências do Colégio Santo Antônio (enquanto a construção do prédio da escola não ficava pronta), com sete alunos, três funcionários e a orientadora pedagógica Nadir Lopes de Almeida.

Para garantir o funcionamento da APAE, Dr. Moritz precisava de uma orientadora e de recursos materiais. Para resolver o primeiro problema consultou Zenaide Rodrigues Álvares a respeito da indicação de alguém que pudesse realizar tal atividade. Esta, por sua vez, indicou sua amiga, a psicóloga Nadir Lopes de Almeida, que aceitou o convite, mudando-se então para Brusque.⁹⁷

Em relação à falta de recursos materiais, Dr. Moritz foi informado de que no Grupo Escolar Dias Velho, localizado na cidade de Florianópolis, que já estava funcionando, havia móveis que não estavam sendo utilizados. Para resolver esta questão fez contato com o governador Jorge Lacerda, seu amigo pessoal, para pedir-lhe que cedesse os móveis para o Instituto de Educação Santa Inês. Pedido que o governador prontamente atendeu.⁹⁸

A APAE era mantida por verbas obtidas através de mobilizações da diretoria na própria comunidade de Brusque, com a realização de eventos

⁹⁶ O termo cultural é usado em referência às festas e eventos realizados pela APAE na comunidade.

⁹⁷ Informações dadas por Nadir Lopes de Almeida em entrevista realizada no dia 27 de junho de 2001 e no documento **Instituto de Educação Santa Inês** da APAE de Brusque (s.d.).

⁹⁸ Idem.

sociais (bazares), de exposições e também através da contribuição direta dos associados da instituição.

A diretoria da APAE era assim composta:

Presidente: Dr. Affonso Balsini (Médico Pediatra)

Vice Presidente: Sr. Otto Niebuhr (Empresário)

1º Secretário: Sr. Oscar Gustavo Krieger (Professor – Inspetor Escolar do Município de Brusque

2º Secretário: Osni Pereira (Executivo – Gerente de Compras da Renoux)

1º Tesoureiro: Sr. Laudelino Manrich (Empresário)

2º Tesoureiro: Sr. Oscar Maluche (Empresário)

Provedor: Dr. Carlos Moritz (Médico)

Vice Provedor: Sr. Cyro Maluche (Tabelião)⁹⁹

Os professores da APAE eram do quadro do Estado que ficavam à disposição da Instituição. A Secretaria de Educação também possibilitava que estes se especializassem, pagando passagens e cursos. E a merenda era fornecida pelo Ministério da Educação.¹⁰⁰

2.1 - Helena Antipoff: a influência de seu pensamento na Educação Especial

Como Helena Antipoff era uma professora que trazia novas idéias para a construção de instituições voltadas ao atendimento de crianças “excepcionais”, se faz necessário conhecer um pouco deste pensamento que influenciou a APAE de Brusque.

⁹⁹ APAE DE BRUSQUE. **CAPÍTULO APAE**, s.d.

¹⁰⁰ Idem.

Segundo histórico da Sociedade Pestalozzi do Brasil (2001), Helena Antipoff nasceu em Grodno, província da Bielorrússia, em 1892. Após a conclusão do ginásio, Helena foi cursar a Faculdade de Ciências da Sorbone (França) para estudar medicina, mas seu maior interesse era na área de psicologia. Logo após foi para Suíça ser uma aluna da primeira turma do psicólogo Edouard Claparède no Instituto Jean-Jacques Rousseau e participou da equipe de pesquisadores desta instituição motivada pela curiosidade no aprendizado e desenvolvimento da criança. Por este motivo “é interessante lembrar que o pensamento de Claparède e o de Drecoly receberam influência do pensamento de Dewey, e o pensamento do trio foi decisivo para o movimento Escola Nova” (Fraga, 2001, p. 1).

No período pós-guerra, chegaram da Europa ao Brasil, idéias de renovação de métodos e procedimentos de ensino denominada de **escola nova** que tinha como representante expoente o filósofo e educador norte-americano John Dewey. A entrada deste novo pensamento no país promoveu um movimento de renovação escolar por meio de reformas regionais de ensino. Uma delas, importante para este trabalho, foi o empreendimento de Francisco Campos pelos idos de 1927-1928, que promoveu a renovação do ensino público com a criação da Laboratório de Psicologia Experimental da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico sediado em Belo Horizonte (MG).

“Para a organização desse estabelecimento, fez vir da Europa uma missão de notáveis educadores, chefiada por Edouard Claparède, o grande psicólogo suíço” (Lemme, 1984, p. 260). Sendo que um dos membros desta missão era Helena Antipoff, que em 1929 foi convidada pelo então governador Antônio Carlos, de Minas Gerais, para assumir o cargo de coordenadora da Escola de Aperfeiçoamento. Na execução das atividades relativas ao seu cargo, Helena começou a se interessar pelas crianças que eram consideradas deficientes na escola e desenvolveu um trabalho na educação dos portadores de necessidades especiais.

A proposta educacional desta importante estudiosa foi influenciada pelas idéias liberais e pelo pensamento positivista, isto é, os princípios que baseiam

esta proposta partem da necessidade de uma educação que fosse ao encontro de uma sociedade em processo de reorganização. Uma educação com a finalidade de adequar o sujeito à nova estrutura social, um ensino voltado à adaptação, à ordem e, por conseguinte, à continuação do progresso e do desenvolvimento social.¹⁰¹

Em decorrência da disseminação de um pensamento social que fosse necessariamente eficiente, racional e que proporcionasse a ordem, a Educação Especial passou a ter o entendimento de que a seleção dos ditos “anormais” manteria a ordem, os ajustaria por meio do aprendizado, os tornaria produtivos e os adestraria para o trabalho. Educação esta que “é defendida também em nome dos normais, já que a separação dos normais em termos educacionais, se abririam melhores condições de o normal se desenvolver plenamente” (Cambaúva, 1998, p. 73).

Segundo CAMBAÚVA (1988, p. 76), “Antipoff pensa a educação de deficientes mentais numa perspectiva escolanovista, através da influência de E. Claparèd. Para ela, a escola pública é o lugar onde devia se dar à educação que, de acordo com seu ponto de vista, devia proporcionar o desenvolvimento completo da criança”. As que não conseguissem se adaptar ao ambiente escolar, no entanto, deveriam ser encaminhadas para instituições especializadas que teriam a tarefa de atendê-las e, através de uma metodologia adequada, viabilizar a sua adequação a sociedade.

Outros pontos que Helena Antipoff via como primordiais era o trabalho de observação sistemática dos aspectos físicos, psíquicos, mentais, bem como os interesses da criança e a necessidade do diagnóstico para que, através deste, fosse possível selecionar os alunos considerados inadaptados. Também utilizava testes de inteligência¹⁰² como critério de homogeneização das classes

¹⁰¹ Lenita CAMBAÚVA, 1998, p. 68-69.

¹⁰² O objetivo dos testes de inteligência era possibilitar a existência de um diagnóstico, que foi a ferramenta para classificar o padrão de normalidade na época e definir o encaminhamento escolar das crianças especiais em classes separadas.

dos normais e dos “anormais” nas escolas da rede regular de ensino, contribuindo, assim, para uma hierarquização de classes homogêneas em uma escola que tinha o papel de ajustar crianças consideradas desadaptadas. //

Este trabalho no Laboratório de Psicologia Experimental, na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, influenciou a atuação de docentes e impulsionou a criação da Sociedade Pestalozzi. “Com a ajuda de algumas alunas da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, Helena Antipoff fundou, em 1932, a Sociedade Pestalozzi, com sede em Belo Horizonte” e em 5 de abril de 1935 foi criado o Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte¹⁰³, como órgão da Secretária de Educação do governo.¹⁰⁴

No final da década de 30, Antipoff mostrou sua preocupação com as crianças do campo e adquiriu a Fazenda do Rosário. A Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais instala em 1940 uma Escola Granja nesta fazenda, que é localizada no município de Ibitaré (Minas Gerais), com atividades rurais, trabalhos artesanais, oficinas e cursos de capacitação de profissionais especializados. E esta escola foi descrita como um lugar “onde milhares de crianças excepcionais descobriram e continuam a descobrir caminhos para a vida”.¹⁰⁵

“Enfim, Antipoff acredita no poder da escola como meio de ajustamento de crianças desadaptadas; aplica métodos extraídos das ciências naturais e julga ser a psicologia uma ciência que tem grandes contribuições a dar nesta área, posto que prevê estudos sobre os fenômenos psíquicos” (Cambaúva, 1988, p. 78).

E, segundo JANNUZZI (1992, p. 92),

“se de um lado ajudou a firmar a ‘situação’, segregando o **excepcional**, tornando mais produtivo o ensino nas classes comuns às camadas mais favorecidas, sem a ‘turbulência’, ‘a amoralidade’, ‘os de difícil aprendizagem’, etc., de outro lado e pela primeira vez

¹⁰³ Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1972, p. 346.

¹⁰⁴ Gilberta JANNUZZI, 1992, p. 90.

¹⁰⁵ Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1972, p. 346.

possibilitou o acesso ao ensino público, gratuito também, de crianças com alguns prejuízos orgânicos”.

2.2 - APAEs de Santa Catarina (1950-1960): dentro de um Movimento Nacional

Durante as décadas de 50 e 60, no Estado de Santa Catarina, o movimento iniciado com a pioneira APAE de Brusque, foi seguido pela fundação de outras APAEs¹⁰⁶, refletindo a demanda pela expansão deste modelo de instituição no âmbito nacional. Modelo este que é o de uma instituição de caráter privado que busca manter relação com entidades públicas e particulares de educação especial e que expressa em seu discurso primeiro as finalidades de atender às necessidades da educação especial pública, de responder aos interesses, aptidões e problemas dos “excepcionais”, de promover a resolução destes, de dispor de serviços especializados, enfim, de prestar atendimento aos portadores de necessidades especiais.¹⁰⁷ 4

Para a melhor compreensão deste movimento nacional se faz necessário uma explicitação de como começaram as primeiras iniciativas com vistas a construir uma APAE no Brasil.

Foi fundada no dia 11 de dezembro de 1954 a primeira APAE em nosso país, localizada na cidade do Rio de Janeiro por meio do esforço da norte-americana Beatrice Bemis, bem como de pais, de técnicos e de professores. Beatrice e George Bemis tinham um filho com Síndrome de Down e traziam para o Brasil os fundamentos para a construção de uma instituição assistencial destinada às crianças portadoras de necessidades especiais, pois estavam envolvidos na experiência concretizada nos Estados Unidos, que foi a criação (em 1950) da National Association for Retarded Children – NARC/EUA. Este

¹⁰⁶ Ver ANEXO 4.

¹⁰⁷ Adriane SILVA, 1995, p. 34-36.

movimento de pais norte-americanos que influenciou o movimento de criação de instituições de educação especial privadas do Brasil nos remete aos anos quarenta (1940). Nesta década, nos Estados Unidos, uma melhor organização e o esforço dos pais e pessoas envolvidas com a educação dos portadores de necessidades especiais promoveram transformações importantes como, por exemplo, na legislação e no aumento de recursos financeiros para tal fim.

Segundo Kirk e Galaguer (1996, p. 12), nos anos 1940 e 50 os pais ainda eram vistos como culpados pelos problemas da criança "excepcional". Então, por serem vistos como a causa do problema de seus filhos, começaram a se mobilizar e cobrar das autoridades locais a criação de programas de educação especializados. Mas como esta iniciativa não deu certo

"organizaram programas locais por sua conta nos porões de suas próprias igrejas, em lojas vazias, em qualquer lugar que os abrigasse. Essas organizações locais, formadas por iniciativa dos pais em torno das necessidades comuns de seus filhos, com freqüência ofereceram uma importante assistência informal aos pais que pela primeira vez lutavam para encontrar auxílio para os seus filhos deficientes" (Ibid).

Entretanto, os pais viram que estas iniciativas precisavam de entidades específicas com recursos e assistência permanentes, em nível local, estadual e federal. E diante disso, foram criadas, nas décadas de 40, 50 e 60, a *National Association of Retarded Citizens*, o *Unidet Cerebral Palsy Association*, a *Association for Children with Learning Disabilities* e a *National Association for Retarded Children (NARC)*.¹⁰⁸

Outra professora que trouxe novas idéias sobre a educação especial para o Brasil foi a russa Helena Antipoff, já referida, com sua influência técnica na busca de solucionar problemas e conscientizar acerca da necessidade de entrosamento no trabalho deste tipo de ensino através de seminários, cursos de pais, cursos de formação de professores, cursos de divulgação, convênios, contato com técnicos estrangeiros, entre outros. Expressava também a

¹⁰⁸ KIRK e GALAGUER, 1996, p. 12-14.

preocupação de despertar para a emergência da especialização técnica e profissional no atendimento à criança especial.

Neste momento foram promovidos debates, encontros e discussões acerca do projeto de fundação da APAE, pois seu surgimento refletia a preocupação de garantir seqüência a um modelo de instituição que se desenvolvesse em rede nacional¹⁰⁹, através do vínculo com outras instituições voltadas à educação especial, tanto privadas como públicas.

O discurso do governo Kubitscheck proclamava a necessidade de democratizar a educação para acompanhar o desenvolvimento, a modernização e a industrialização da nação. Entretanto, o governante cortou gastos do setor educacional, favorecendo a exclusão e a influência do investimento internacional.¹¹⁰

À medida que a educação pública não cumpria seu papel democratizador, empurrava para mais longe a possibilidade de igualdade de acesso escolar aos portadores de necessidades especiais. E as iniciativas privadas, de caráter elitista e excludente, que começaram a surgir, foram vistas então como a solução deste problema.

Neste contexto, segundo SILVA (1995, p. 38), a APAE surgiu “como um **movimento** de mobilização de instituições, muitas vezes representadas na iniciativa de pessoas isoladas – daí o termo **pais e amigos dos excepcionais**”, como um sub-sistema de atendimento educacional especial.

¹⁰⁹ Este projeto de ser um movimento nacional firmou-se com a construção da estrutura dessa instituição que se baseava na Federação Nacional das APAEs que foi fundada no dia 10 de novembro de 1962 em São Paulo como “uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, congregando, como filiadas, as Federações dos Estados, as APAEs e outras entidades análogas, tendo sede e foro em Brasília, Distrito Federal” (Federação Nacional das APAEs. Estatuto da Federação Nacional das APAEs. Brasília, s.d., p. 3).

Uma unidade da APAE, após ser filiada à Federação Nacional pode filiar-se à Federação Estadual das APAEs que tem como objetivo congregar, coordenar as unidades filiadas de determinado Estado (Federação Estadual das APAEs. Estatuto da Federação das APAEs do Estado. S.L., 1994, p. 3).

¹¹⁰ Adriane SILVA, 1995.

A proliferação das instituições privadas na década de 1960 significou um movimento de grande importância e influência no campo da educação especial, e conseqüentemente nas políticas de educação especial, em âmbito nacional.¹¹¹

“Esse período foi marcado também pelas campanhas em favor da educação dos deficientes, que faziam parte de um movimento maior e que se consubstanciou nas chamadas Campanhas Nacionais que pretendiam dar encaminhamento às grandes questões sociais como a alfabetização e as endemias” (Bueno, 1993, p. 97).

Duas delas, foram a *Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro* (CESB) de 1957 e a *Campanha Nacional de Educação dos Cegos* (CENEC) de 1960, já referenciadas no primeiro capítulo.¹¹²

Segundo BUENO (1993, p. 99), estas instituições de educação especial foram criadas com o objetivo de ampliar as oportunidades educacionais aos portadores de necessidades especiais, porém não alcançaram este objetivo, pois não foram desmascarados os determinantes sociais que efetivamente promovem a dificuldade da integração. Manteve-se, assim, a segregação social e o caráter assistencialista no sistema escolar.

O movimento realizado pelos pais, amigos e profissionais envolvidos na luta em prol dos “excepcionais” com o estabelecimento de APAEs por todo país pode ser entendido como confirmador da segregação dos considerados “excepcionais”, na medida em que não favorece o encaminhamento ao ensino regular. Por outro lado, vejo como um passo que possibilitou conferir visibilidade a um esforço rumo à obtenção de direitos, de afirmação da cidadania dos indivíduos outrora considerados incapazes, inúteis, fruto de pecado, que deveriam ser eliminados, segregados, enclausurados. A educação especial ficava, entretanto, no período de 1950-1960, isolada da educação geral, era tratada à margem desta.

¹¹¹ José Geraldo Silveira BUENO, 1993, p. 95.

¹¹² Idem, p. 97.

O que ocorria nesta época, era que o sistema educacional brasileiro não tinha ainda reconhecido/assumido o processo educativo dos portadores de necessidades especiais como questão de sua responsabilidade e necessitava de órgãos específicos, pontuais, que atendessem às demandas destes. Mesmo com a criação das campanhas em prol de um avanço na educação dos portadores de necessidades especiais o governo não tinha um compromisso firmado com a educação especial. Contentava-se em repassar verbas e benefícios específicos às instituições privadas já existentes. Esta política pode ser melhor entendida através da lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que fixou pela primeira vez as diretrizes da educação dos “excepcionais” em dois artigos, no capítulo segundo, transcritos abaixo:

“Art. 88 – A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, à fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89 – Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções” (AEC do Brasil, 1968, p. 22).

Ou seja, “desta forma, o Estado descompromissava-se de assumir a educação especial na sua especificidade, e repassava para o setor privado, o que era fruto do trabalho coletivo recolhido através dos impostos” (Jannuzzi, 1993, p. 24). E a APAE, neste momento, pode ser entendida como uma instituição que desempenhou a função de segregar os considerados “excepcionais”, e ao mesmo tempo, proclamando uma preocupação com o desenrolar do atendimento oferecido e de ser uma solução para sanar “as dificuldades da educação especial se desenvolver na rede regular de ensino” (Silva, 1995, p. 36).

Capítulo 3

Consolidação da Institucionalização: Fundação Catarinense de Educação Especial

Em 1967, o corpo docente, os voluntários e envolvidos na Escola para Excepcionais, já referida no subitem 1.1. do primeiro capítulo, começaram a sentir a necessidade de uma instituição devidamente regulamentada e que fosse realmente amparada pelo Estado, com verbas garantidas e melhorias que favorecessem um atendimento mais adequado para as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência.

Outra necessidade que se mostrava cada vez mais evidente e emergencial era a de uma instituição que amparasse as instituições que atendiam os considerados “excepcionais” do Estado, dando apoio técnico, pedagógico e garantindo a capacitação dos professores. A grande preocupação era a de que as instituições de educação especial estavam se proliferando no Estado, mas não havia uma entidade em nível estadual para orientar e auxiliar nas atividades e nos atendimentos.¹¹³

Neste momento, fim da década de 60, já existiam nove APAEs no Estado¹¹⁴, movimentos assistenciais comunitários e algumas instituições congêneres, que eram entidades também criadas a partir do interesse e necessidades da população, mas que prestavam assistência a outros tipos de deficiência.

Um exemplo deste tipo de entidade é o Instituto de Audição e Terapia da Linguagem (IATEL), que foi resultado de uma idéia que surgiu durante o I

¹¹³ FCEE. A Educação Especial no Estado de Santa Catarina, s.d., p. 3.

¹¹⁴ Ver ANEXO 4.

Curso de Introdução a Comunicação e do I Curso para Técnicos em Terapia da Linguagem, realizados na cidade de Florianópolis em meados da segunda metade da década de 1960 e ministrado pela Dra Sara Alvarado dos Santos, médica otoneurofoniatra¹¹⁵ que morava no México.

Fundado em 5 de julho de 1969, iniciou seu funcionamento precariamente no Hospital Infantil de Florianópolis¹¹⁶, como uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal prestar “assistência educativa e reeducativa a portadores de deficiência da comunicação psicomotora, auditiva e da linguagem oral e escrita” (IATEL, 1997, s.p.).

Na busca de uma melhor qualidade da educação especial em Santa Catarina, os envolvidos na Escola para Excepcionais de Florianópolis tiveram a idéia de transformar esta escola em uma Fundação. Para que este projeto fosse posto em prática, organizaram um grupo de estudos – Hoyedo de Gouveia Lins (médico), Edith Soares (professora), Haydée Manbrini (professora), Dolores Hildebrand de Lima (assistente social), Cléa Lobato ((voluntária), Humberto Castiglia (psicólogo), Álvaro José de Oliveira (médico), Nelson Abreu (médico) e Nadir Lopes de Almeida (professora)¹¹⁷ - para redigir um texto preliminar.¹¹⁸

Este texto foi entregue ao governador Ivo Silveira, através da primeira dama Lilde Luchi Silveira, por meio de um grupo de senhoras envolvidas no movimento em prol dos portadores de necessidades especiais formado por: Cléa Lobato, Maria Bleyer Cherena, Neide Costa, Nadir Lopes de Almeida e a esposa do Dr. Anes Gualberto (diretor do PLAMEG). Este grupo tinha a intenção de

¹¹⁵ Otoneurofoniatra era o termo da época para médicos especializados em otorrinolaringologia, neurologia e foniatria, segundo histórico do IATEL.

¹¹⁶ Círculo de Surdos Mudos de Santa Catarina. **Memória**, s.d., s.p.

¹¹⁷ Nesta época ela ainda era professora, pois não tinha feito a faculdade de Psicologia.

¹¹⁸ Cléa FORMIGUIERI, 1979, p. 6 e informações dadas pela psicóloga Nadir Lopes de Almeida em entrevista realizada no dia 26 de setembro de 2001.

mobilizar a primeira dama, para que esta encaminhasse o projeto ao governador.¹¹⁹

Assim, a FCEE foi criada em oito de agosto de 1968 pela Lei nº 4156¹²⁰, com sede e foro na cidade de Florianópolis e jurisdição em todo o território catarinense, com o objetivo de atender a necessidade de uma melhor sistematização, por parte do governo, do trabalho realizado com os portadores de necessidades especiais. Contudo, o atendimento direto à estes indivíduos, só foi iniciado em 1969, com aproximadamente 24 alunos.

“Nesse período, mesmo funcionando com uma estrutura de serviços dividida em vários imóveis alugados, relativamente inadequados para o trabalho com o portador de deficiência, a FCEE já despontava como uma organização eficiente e promissora no contexto da educação especial em Santa Catarina”.¹²¹

A Fundação buscou sistematizar a assistência aos portadores de necessidades especiais que já estava se desenvolvendo através de iniciativas particulares das APAEs, movimentos assistenciais comunitários e instituições congêneres.

A Fundação é um órgão do Governo do Estado que tem a responsabilidade de executar a política de educação especial e reabilitação, através da Secretaria da Educação e Cultura e da Secretaria da Saúde e Promoção Social. Tem também a função de articular as instituições públicas e particulares e prestar assistência técnica às mesmas, de promover recursos

¹¹⁹ Informações dadas pela psicóloga Nadir Lopes de Almeida em entrevista realizada pela autora em 26 de setembro de 2001.

¹²⁰ Ver ANEXO 5.

¹²¹ Somente em 1977, foi adquirido um terreno para que fosse construída a sede própria da FCEE, no Município de São José.

FCEE: sua história, estrutura e principais realizações. S/d, s/p.

humanos para a educação especial, realizar cursos de formação, de aperfeiçoamento, atualização, seminários e estudos.¹²²

Os documentos históricos da FCEE¹²³ proclamam que a realização de estudos permanentes e pesquisas científicas tem o objetivo de manter o nível e a qualidade do trabalho, expandir de forma ordenada as atividades de atendimento, prevenir, atender, integrar socialmente e adequar as atividades à realidade, de uma maneira inovadora e continuada.

No entanto, na realidade a FCEE institui-se como prolongamento confirmador do processo de institucionalização da educação especial que estava se desenvolvendo no Estado e não como uma ruptura do movimento que nasceu na esfera da iniciativa individual, iniciado com as iniciativas voluntaristas. Isto é, neste momento, esta instituição pode ser vista como uma resposta à demanda social evidenciada pelo processo iniciado por ações isoladas e com o início da participação oficial de órgãos governamentais no atendimento aos considerados "excepcionais". Contudo, os atendimentos mantidos pelo Estado, por também serem principiantes, são marcados pela pouca organização, pela falta de sistematização, pelo voluntarismo e assistencialismo.

À medida que a FCEE busca firmar a inclusão dos considerados portadores de necessidades especiais, ela promove a exclusão e a segregação, pois segundo TOMASINI (1994, p. 30, 59, 68), a Instituição de Educação Especial é lugar de classificação e diagnósticos, onde se dividem os indivíduos portadores de necessidades especiais em compartimentos e em categorias. Neste local, elas passam por processos que têm o objetivo de criar mecanismos de correção de suas diferenças e de mudanças de condutas, que dificultam a ida para a rede regular de ensino e, conseqüentemente, excluindo de um convívio social considerado "normal".

¹²² FCEE. **A Educação Especial no Estado de Santa Catarina**, s.d.

¹²³ Idem.

“Embora do ponto de vista teórico ou mesmo legal, o discurso seja o da igualdade de oportunidades, o que ocorre na verdade é a falta de acesso aos meios regulares de ensino. Essa situação acaba por impulsionar a existência de um sistema ‘especial’ paralelo, que a bem de educar os deficientes, contribui também para excluí-los posteriormente na sociedade que os nega (Tomasi, 1994, p. 90).

Pois, a própria Lei n. 4156 de 06 de maio de 1968, que institui a Fundação Catarinense de Educação Especial, regulamenta no parágrafo segundo do artigo primeiro, que “a educação do excepcional realizar-se-á objetivando possibilitar-lhe recuperação, ingresso na escola comum e adaptação ao meio social, segundo os diversos graus de retardamento”, mas no artigo segundo, se contradiz, considerando “excepcional a criança, cujo desenvolvimento mental, avaliado por exame psicológico, é retardada, ou a que revele deficiência funcional, total ou parcial, **não estando, portanto, apta a ser educada na escola comum**”(Grifo meu).

Desta forma, o movimento de institucionalização da Educação Especial que ocorreu em âmbito nacional e, mais especificamente, em Santa Catarina no período compreendido entre as décadas 1950-60, pode ser entendido como um avanço, na perspectiva de que foi uma resposta à necessidade social de dispor de espaços específicos para atender os indivíduos portadores de necessidades especiais. Ao contrário das práticas realizadas no passado, como a de eliminação e a de isolamento, neste momento busca-se possibilitar uma ampliação dos direitos sociais aos sujeitos considerados “excepcionais”, o que reflete um avanço do conhecimento que possibilitou um melhor entendimento sobre a Educação Especial e os portadores de necessidades especiais.

Por outro lado, este movimento em prol do aumento e melhoria dos atendimentos e serviços de Educação Especial pode ser visto, contraditoriamente, também como um processo que perpetuou a reprodução da deficiência. Ou seja, na medida em que continuou segregando em instituições de atendimento diferenciado e separado que acabam por legitimar a exclusão e a manutenção da ordem social, isto é, a manutenção da homogeneidade, da

normalização, com a aceitação apenas de algumas diferenças (Tomasini, 1994, p. 44).

Essa contradição pode ser entendida no âmbito da própria contradição de nossa sociedade como um todo, que é definida como democrática¹²⁴ e que proclama os princípios de igualdade de todos os indivíduos perante a lei, que afirma que todos os cidadãos são livres para expor suas opiniões. Nossa sociedade, no entanto, é marcada pelo conflito e lutas de classes, não conseguindo efetivar, realmente, este discurso de igualdade e liberdade.¹²⁵

A democracia, que é baseada na noção de direitos e diferencia-os dos privilégios e carências, não consegue efetivar sua verdadeira forma política em nossa sociedade, isto é, “a natureza universal do direito (seja porque válido para todos seja porque, diferenciado, é reconhecido por todos) aponta para um dos problemas centrais da sociedade brasileira, em que as desigualdades polarizam o espaço social entre o privilégio (oligarquias) e as carências (populares)” (Chauí, 2001, p. 12).

E, por fim, vejo como necessário explicitar que desde sua criação, a Fundação Catarinense de Educação Especial formulou propósitos que se tornaram o discurso que é repetido nos documentos oficiais desta instituição. No entanto, estes documentos não proporcionam um avançar do entendimento em muitos aspectos, pois permanecem na esfera do proclamado e, desta forma, neste trabalho busco compreender um pouco sobre esta instituição, especificamente em seu momento de criação. Compreensão esta, que pode ser facilitada à medida que conhecemos um pouco o entendimento que as pessoas tinham em relação ao ensino dos considerados “excepcionais” na sociedade catarinense da década de 1960.

¹²⁴ O conceito de democracia foi ampliado pelo pensamento filosófico contemporâneo, ou seja, não é mais entendido somente como um sistema político eleitoral (partidos políticos), mas como “a passagem do poder despótico privado (fundado na vontade pessoal e arbitrária do governante como *despotes*, isto é, como pai ou chefe de família) ao poder propriamente político como discussão, deliberação e decisão coletivas realizadas em público, sob o direito e as leis” (Chauí, 2001, p. 10).

¹²⁵ Marilena CHAUI, 2001, 10.

Para tanto, apresento dados da pesquisa intitulada “Sobre as Condições do Processo Educacional em Santa Catarina”, realizada em 1967, pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC, que tinha como objetivo fazer uma análise e uma crítica à problemática educacional em um retorno até os anos 1962.

Neste momento delimitado por este trabalho, evidenciava-se o entendimento de que era direito de todos o acesso à uma educação que atendesse às necessidades do aluno, quer ele fosse portador de uma diferença ou não, com base na Declaração dos Direitos Humanos, na Declaração dos Direitos da Criança e na Lei de Diretrizes e Bases de 1961.

Com esta compreensão de que o ensino ao considerado portador de deficiência deveria proporcionar o progresso e desenvolvimento destes sujeitos e com a definição e diretrizes da LDB/61 de que a educação voltada à estes alunos poderia ser oferecido tanto em classes especiais nas escolas de ensino regular, quanto em instituições especializadas, foram implantadas, em sua maioria, serviços em entidades específicas. Isto se deu também pela afirmação de que era considerado “antipedagógico agrupar, nas escolas comuns, tipos diversos de crianças sem tomar em consideração as diferenças resultantes das anormalidades” (UDESC, 1967, p. 66).

Então, a criação de uma fundação específica aos portadores de algum tipo de comprometimento seria a solução para promover o acesso a estes alunos à um serviço dito educacional e não “comprometer” o processo pedagógico nas escolas “normais” e o desenvolvimento dos outros alunos, mostrando claramente a necessidade de separar, de segregar, reproduzindo, assim, a exclusão dos que “atrapalhavam”.¹²⁶

¹²⁶ Como neste trabalho tenho o objetivo de realizar um estudo de elementos presentes no momento inicial, fundante desta importante instituição, e não de me deter à um maior aprofundamento de muitos aspectos, deixo o desafio de uma pesquisa que dê continuidade à este objeto e aprofunde mais detidamente as análises e reflexões sobre a Fundação Catarinense de Educação Especial, seus desdobramentos, encaminhamentos ou influências, para que assim, consiga-se um

3.1 - Manoel Boaventura Feijó: um professor engajado

O Professor Manoel Boaventura Feijó¹²⁷, fundador da APAE de Florianópolis, foi convidado pelo governador Ivo Silveira para ser o primeiro presidente da FCEE, por sua dedicação e por ser visto como o representante do movimento em prol dos portadores de necessidades especiais em Florianópolis.

A função do presidente da FCEE era a de representar plenamente a instituição, mas “a orientação técnica dos serviços de atendimento ao excepcional, a capacitação de recursos humanos, a realização de estudos e pesquisas, a coordenação geral das iniciativas de atendimento ao excepcional no Estado de Santa Catarina e a assistência técnica solicitada por Instituição de outros Estados”¹²⁸ eram responsabilidade do diretor-técnico, que era o Drº Álvaro de Oliveira.

Manoel Boaventura Feijó foi professor de português durante quarenta e três anos e tinha uma filha portadora de deficiência mental, Lilian, para quem sempre procurava maneiras para melhorar sua qualidade de vida.

Segundo Sônia Feijó¹²⁹, com o início do atendimento na Escola para Excepcionais, Prof. Feijó que participava deste movimento, matriculou sua

avançar no conhecimento e a superação do discurso oficial, que ainda mostra-se sólido, uniforme e predominante.

¹²⁷ Manoel Boaventura Feijó nasceu no dia 21 de dezembro de 1909, cursou o Magistério no Colégio Catarinense em Florianópolis e começou a lecionar em 1925/1930, aproximadamente. Em 1964 criou e foi presidente da APAE de Florianópolis e em 1968 foi o primeiro presidente da FCEE. Faleceu no dia 25 de junho de 1983 (Informações fornecidas por Sônia Feijó em entrevista realizada pela autora em 27 de setembro de 2001).

¹²⁸ FCEE. **A Educação Especial no Estado de Santa Catarina**, s.d., p. 11.

¹²⁹ Sônia Feijó é filha do Professor Manoel Boaventura Feijó. É técnica em contabilidade (segundo grau), formada em 1962. Foi nomeada em 1972 para trabalhar como bibliotecária na FCEE e no ano seguinte era funcionária da direção do Centro Ocupacional da APAE de Florianópolis. Trabalhou neste cargo até 1980, para então

filha. Porém Lílian não se adaptou por ser a escola para ela um ambiente muito familiar, isto é, conhecia todas as professoras e se não gostava de algo que lhe faziam contava para sua mãe. Esta atitude da menina por vezes resultava em brigas na escola.

Seu pai tratou então de tirá-la desta escola, mas continuou procurando recursos para melhor educá-la. Em uma viagem à Curitiba levou a menina, que na época tinha quinze anos, para fazer consultas e exames com médicos. A grande busca do professor Feijó era pela cura de sua filha. Segundo Sônia Feijó¹³⁰, seu pai já havia buscado vários caminhos para tentar resolver o problema de Lílian.

Em consulta com o Dr. Herley Mel, este lhe disse que sua filha não tinha cura e sugeriu que ele fundasse uma APAE para que ela recebesse um atendimento adequado e que, desta maneira, conseguisse desenvolver algumas habilidades. Dr. Mel expôs esta opinião provavelmente porque ele já fazia parte do movimento da APAE de Curitiba.

O prof. Feijó participou de uma reunião da APAE de Curitiba à convite do médico e voltando à Florianópolis começou a mobilizar recursos para a formação de uma associação com tal caráter.

Quarenta e uma pessoas – professores, médicos, psicólogos e pais e amigos dos deficientes - se envolveram neste movimento em prol do portador de necessidade especial e se mobilizaram para angariar fundos para a fundação da APAE, que aconteceu em 26 de agosto de 1964. Na ocasião, a participação dos pais e amigos foi bem maior que a dos professores, mais ou menos em uma proporção de 80% e 20%, respectivamente.

Inicialmente as reuniões eram realizadas na Escola SESC-SENAI, localizada na rua Silva Jardim, no bairro Prainha, em Florianópolis. Depois de

desempenhar a função de chefe do setor de pessoal (setor administrativo) durante dez anos. Em 1991, ingressou na Secretaria do Estado de Administração como redatora, cargo que desempenha até hoje (Ibid).

¹³⁰ Informações dadas por Sônia Feijó em entrevista realizada pela autora em 08 de agosto de 2001.

já ter arrecadado recursos suficientes, através de eventos e das mensalidades dos sócios, o Professor Peijó alugou uma casa na rua Júlia Franco, no Bairro José Mendes na mesma cidade, onde começou as atividades da Escola chamada Rosana Luz, com quatorze adolescentes.

3.2 – Filantropia X Cidadania

Segundo GARCIA (1998, p. 29), “as relações interpessoais envolvendo sujeitos considerados portadores de deficiências em nossa sociedade são marcadas, em geral, por características tais como dependência e assistência”, que, por sua vez, possuem um vínculo com a forma de relação social chamada de filantropia.

Esta relação social é parte do discurso ideológico, do discurso da igualdade de oportunidades, da proteção aos fracos e da criação de novos direitos sociais que legitima a reprodução das desigualdades e a consolidação da deficiência que, por sua vez, acabam por atribuir as desigualdades aos próprios indivíduos.¹³¹

O discurso proclama uma “abertura de oportunidades” à todos, isto é, cada indivíduo tem a liberdade para atingir a igualdade. No entanto, “essa ‘abertura de oportunidades’ aos desiguais significa a aceitação da desigualdade e não sua eliminação”.¹³²

As políticas sociais são produto de forças sociais, da luta de classes, mas, por contradição, acabam por favorecer também a reprodução das classes sociais. A política social cria direitos, através do consenso, com o objetivo de oferecer o mínimo necessário aos menos favorecidos e possibilitar-lhes oportunidades.¹³³

¹³¹ Vicente de Paula FALEIROS, 1991, p. 48.

¹³² Idem, p. 22.

¹³³ Idem, p. 22.

“A partir da organização da sociedade civil, os direitos sociais foram sendo incorporados ao status de cidadania, mas numa perspectiva de reestruturação do padrão de desigualdade social, desfavorável à construção de uma cidadania para todos”, transformando a cidadania neste momento em concessão de direitos (Garcia, 1998, p. 35-36).

O Estado cria regras para favorecer o acesso dos “desvalidos” à serviços básicos, como a educação. Essas normas buscam a garantia de um mínimo à todos os indivíduos que são vistos pela lei como iguais, mas efetivamente desiguais para precisar da “ajuda”, do “paternalismo” estatal. A institucionalização é marcada por uma atitude paternalista que visa atender às necessidades dos sujeitos “mais carentes”.¹³⁴

O Estado intervêm com políticas sociais para manter um clima social sob controle e porque “é preciso compreender que nas sociedades capitalistas avançadas a regularização a curto prazo de certas reivindicações populares, situa-se numa estratégia a longo prazo de manutenção da acumulação, sob a hegemonia da burguesia monopolista” (Faleiros, 1991, p. 47).

A intervenção do Estado ocorre por meio de “medidas de política social” que “consiste na implantação de assistência”.¹³⁵ A assistência destina-se ao indivíduo que se apresenta em um estado de privação e sem condições de prover sua subsistência.

O assistencialismo (a filantropia) foi motivado por fatores como a intensificação da urbanização, o crescimento industrial e a pobreza, que são característicos da sociedade capitalista emergente. E, neste momento, com a publicação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão há a proclamação da liberdade, da igualdade e da garantia dos direitos de cidadania. Contudo, os excluídos dos “padrões” capitalistas (os incapazes de prover sua sobrevivência) eram relegados as ações filantrópicas e as formas de assistência

¹³⁴ Vicente de Paula FALEIROS, 1991, p. 28.

¹³⁵ Idem, p. 56.

através de instituições, hospitais e prisões, com a pretensão de evitar transtornos sociais e econômicos e manter a ordem na sociedade.¹³⁶

A filantropia é caracterizada por ações que desempenham funções do Estado e que buscam o desenvolvimento de um bem-estar aos desvalidos e excluídos. Esta “parceria” de grupos sociais assistencialistas com o Estado é entendida pela necessidade de demonstrar uma preocupação — da menor maneira que for possível — pelos segmentos sociais minoritários (como por exemplo os considerados portadores de necessidades especiais), de evidenciar um interesse àqueles que não se inserem na lógica produtiva capitalista, com a participação que se resume em repasses limitados de verbas.¹³⁷

“O Estado se apresenta como o protetor dos fracos, como meio de satisfazer as necessidades sociais, pelas medidas legais que compensem as fraquezas dos indivíduos, pela introdução dos direitos sociais. Esta compensação se justifica em nome de uma justiça distributiva, da equidade ou da igualdade de oportunidades” (Faleiros, 1991, p. 43).

No Brasil a assistência é realizada por órgãos do governo com recursos limitados e com caráter paternalista, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que como vimos teve papel importante na criação da Escola para Excepcionais. Também há a assistência privada, por meio de entidades beneficentes que se mantêm com verbas governamentais, doações, campanhas e voluntariado, como as APAEs.

A prestação de serviços sociais é classificada por categorias da população-alvo, como o padrão de normalidade/anormalidade (excepcionais), dividindo, fragmentando, promovendo um controle que isola e estigmatiza. Assim, “ao implantar políticas sociais com intenção de reintegrar os desviados

¹³⁶ Rosalba GARCIA, 1998, p. 45, 51.

¹³⁷ Idem, p. 63.

sociais, estes são marcados pela própria existência dessa política social em relação ao desvio, agora definido oficialmente como anormal”.¹³⁸

Na Educação Especial, propriamente, a ação filantrópica é fortemente marcada pela criação de instituições específicas, com caráter assistencial e com a concessão, aos seus alunos, de alguns direitos básicos que são definidos pelas próprias entidades.¹³⁹ E especificamente, em Santa Catarina, o direito à educação escolar que é um instrumento indispensável para o exercício da cidadania, da formação do cidadão, de um sujeito possuidor de direitos e deveres, por meio do acesso à cultura letrada e ao saber sistematizado, não foi respeitado, pois o ensino aos alunos portadores de necessidades especiais nas décadas de 1950-60 não foi oferecido à maioria desta população e, quando foi, deu-se por meio de atendimentos precários e assistencialistas.

Em contraposição a este tipo de relação social que promove a consolidação da deficiência, está a cidadania plena (democracia), que é uma forma de relação que se opõe à concessão de direitos aos “de baixo”, mas baseia-se na idéia de que a condição ocupada pelo indivíduo na sociedade deve ser construída, conquistada por meio de constantes lutas e, desta forma, obtêm direitos e proporciona o desenvolvimento do sujeito independente das limitações decorrentes das suas deficiências.¹⁴⁰

Segundo MARSHALL (1967, p. 76),

“A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração deve ser dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento na matéria-prima do

¹³⁸ Vicente de Paula FALEIROS, 1991, p. 57 e 58.

¹³⁹ Rosalba GARCIA, 1998, p. 62-63.

¹⁴⁰ Idem, p. 29, 43.

status e um aumento no número daqueles a quem é conferido o *status*".

A cidadania é uma possibilidade de conquista de uma igualdade básica, de justiça social, mesmo diante das desigualdades econômicas existentes, com o exercício dos direitos próprios do cidadão.¹⁴¹ Resultou da necessidade da interferência do Estado para garantir o bem-estar na sociedade e ampliar sua ação no reconhecimento dos direitos dos cidadãos às exigências de determinados segmentos da população e a sua concessão mínima.¹⁴²

Porém, mesmo com o avanço da cidadania e do acesso aos direitos no período de 1950-1960, o Estado continuou definindo "quais os direitos estariam disponíveis a quais camadas da população", destinando a carência aos trabalhadores e os privilégios às elites.¹⁴³ Então, como podemos constatar, neste momento histórico não há o exercício de uma cidadania plena, de uma democracia efetiva onde todos os cidadãos exercem seus direitos civis, políticos e sociais e com a socialização da economia, da política e do conhecimento produzido pela sociedade.¹⁴⁴

Um dos "pré-requisitos" para o sujeito ser visto como cidadão e como merecedor de exercer o direito de cidadania em nossa sociedade é o **trabalho** e este começou a ser também, no início da década de 1990, o entendimento na área da Educação Especial no Brasil. Ou seja, neste momento os profissionais de Educação Especial evidenciaram uma maior preocupação com a temática deficiência/trabalho e começaram a ter predominantemente a opinião de que se deve encaminhar o portador de necessidades especiais para o mercado de trabalho e não só destinar-lhe assistência institucional, com a justificativa "de que, através dessa forma, estaria sendo, enfim, alcançada a integração social

¹⁴¹ T. H. MARSHALL, 1967, p. p. 83 e Mônica SILVA, 1998, s.p.

¹⁴² Mônica SILVA, 1998, s.p.

¹⁴³ Rosalba GARCIA, 1998, p. 36-37.

¹⁴⁴ Nelson COUTINHO, 1994, p. 16; Dermeval SAVIANI, 1986, p. 75 e Ester BUFFA, 2002, p. 28.

da pessoa com deficiência”, pois neste ponto de vista, para a integração se efetivar é imprescindível garantir o direito ao trabalho, que é compreendido como fundamental para ser cidadão (Lancillotti, 2000, p. 13-15)¹⁴⁵.

Então, à partir da década de 1990, o discurso dos profissionais da área afirmava que o trabalho é um importante meio para a integração social das pessoas consideradas portadores de necessidades especiais. E esta integração social promovida pela inserção no mercado de trabalho é possibilitada pela educação e pela profissionalização-alvo da Educação Especial. Isto é,

“a escola funcionaria como uma instância de pré-seleção daqueles sujeitos que, presumivelmente, não se integrariam às relações de produção. Esta medida parece destinada a assegurar a agilidade da formação daqueles considerados adequados às finalidades do processo produtivo” (Lancillotti, 2000, p. 84, 85, 100).

Esta profissionalização é proporcionada por oficinas que fundamentam-se em tarefas subdivididas nos moldes do trabalho industrial, com ênfase na disciplina e em práticas simples como o ensino de ofícios de artesanato, jardinagem, culinária (padaria), traduzindo-se em uma preparação para o trabalho com atividades desarticuladas das necessidades.¹⁴⁶

A participação dos considerados portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho formal é ainda hoje muito pequena, relegando a estes atividades informais e em oficinas, ao trabalho temporário, terceirizado, mecânico e provisório.¹⁴⁷ Uma ampliação de oportunidades por meio de atividades que permanecem no âmbito do que GARCIA (2001, p. 15) denomina de “cidadania precarizada”.

“Pelos regras do mercado, muitas pessoas com deficiência estão de fora, mas também outros não deficientes, ou por serem *juvems* ou pelo

¹⁴⁵ O entendimento deste momento, em relação à inserção dos portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho é distinto do período pós-guerra que evidenciava a necessidade de adaptar a mão-de-obra. Questão esta, já foi trabalhada no item 1.1. do primeiro capítulo.

¹⁴⁶ Samira LANCILLOTTI, 2000, p. 20, 21, 85, 89.

¹⁴⁷ Idem, p. 43, 103, 104.

contrário *velhos*, negros, índios, pouco escolarizados, etc. Enfim, sob as diversas escusas o capital justifica a não absorção do trabalhador, mas a resposta efetiva é uma só: são desnecessários” (Lancillotti, 2000, p. 105).

Essa situação de não proporcionar acesso à empregos formais aos sujeitos considerados portadores de necessidades especiais é explicada pelo discurso de que estes trabalhadores possuem uma baixa qualidade. Esta afirmação é verdadeira em muitos casos, no entanto “a qualificação, exigida pelo mercado de trabalho, em muitos dos casos, cada vez mais é um expediente utilizado pelo capital para justificar a expulsão e/ou absorção de grande parcela de trabalhadores”.¹⁴⁸

Esta exclusão do mercado de trabalho não acontece somente com pessoas consideradas portadoras de necessidades especiais, mas também com todas as minorias da população. O fato é que há um excedente de trabalhadores, de pessoas qualificadas ou não, que estão fora do mercado, sem chance de empregabilidade. E o mercado somente “utiliza” o trabalhador com “deficiência” quando este puder dar vantagem econômica ao empregador.¹⁴⁹

3.3 - Educação Especial em Santa Catarina: trabalho de professores ou voluntários?

Vejo também como necessário, desenvolver uma análise em relação a uma questão que perpassa todo o texto, que é a de que a gênese do atendimento na área de Educação Especial no Estado de Santa Catarina foi caracterizada predominantemente por ser um trabalho de profissionais da educação, de professores e pedagogos que estavam sendo constituídos como profissionais concomitantemente ao delineamento do próprio campo de

¹⁴⁸ Samira LANCILLOTTI, 2000, p. 83.

¹⁴⁹ Idem, p. 100, 103 e Rosalba GARCIA, 2001, p. 7-8.

atuação. Mas as práticas e serviços educacionais realizados também eram vistos como tarefa de pais, de voluntários, de empresários e até de primeiras damas.

Isto pode ser entendido pelo fato de ser este o momento dos “primeiros passos” do ensino emendativo no Estado Catarinense, e desta forma, os atendimentos estavam em processo inicial de organização e articulação. E também pode ser justificado por ser um momento aonde os cursos de formação de docentes em nosso país ainda não mostravam-se tão numerosos. Para um melhor entendimento do que está sendo dito, faz-se necessário uma retrospectiva dos cursos de formação de docentes em nosso país e, mais especificamente, no Estado catarinense.

Neste período, esta formação de docentes era realizada pelo Curso Normal que era regulamentado pela Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei n.8530 de 1946, que o organizava em dois ciclos: um para a formação de “regentes” do ensino primário em um curso de quatro anos e outro denominado “segundo ciclo” para a formação do professor primário, com a duração de dois anos.

O Curso Normal do 1.º ciclo era ministrado em escolas regionais e o do 2.º ciclo nas Escolas Normais e nos Institutos de Educação, onde também realizavam-se cursos de especialização em áreas, como Educação Especial, Complementar Primário e Ensino Supletivo. A maioria das diretrizes estabelecidas por esta lei permaneceram em nosso país até a Lei 5692/71, sendo que a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 também não modificou significativamente o Ensino Normal.¹⁵⁰

No Brasil, os cursos superiores de formação de professores só começam a se institucionalizar na década de 1930, com a Faculdade de Filosofia que compreendia: Filosofia, Ciências, Letras, Pedagogia e Didática. E em 1955, foi

¹⁵⁰ Leda SCHEIBE e Leziany DANIEL, 2002, p. 17-18.

criada a Faculdade Catarinense de Filosofia¹⁵¹ na cidade de Florianópolis, contudo, somente em 1960 começaram a funcionar os cursos de Pedagogia e Didática.¹⁵²

“O Curso de Pedagogia foi criado com a finalidade de formar professores para atuar no ensino médio, nas escolas normais, além de formar profissionais para o desempenho de tarefas não docentes da atividade educacional. Já o curso de Didática destinou-se à formação pedagógica dos graduandos nos demais cursos para a obtenção da Licenciatura. Em março de 1960, portanto, iniciou-se o primeiro Curso de Pedagogia no Estado, com 8 alunos matriculados” (Scheibe e Daniel, 2002, p. 24).

Em Santa Catarina, a primeira faculdade específica de educação foi implantada em 1963 e oferecia o curso de Pedagogia com duração de três anos, com formação de professores do ensino normal e nível superior técnico, com o início da primeira turma no ano de 1964. Até então, a Faculdade de Educação tinha vínculo com o Instituto Estadual de Educação, contudo em 1965 passou a fazer parte da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC.¹⁵³

Em relação à formação dos professores, o Documento Básico do Seminário Sócio-Econômico¹⁵⁴ referente ao ano de 1960, expõe que dos 9.000 docentes, 5.500 não possuíam qualquer tipo de habilitação para exercer o magistério. E os dados do Censo Escolar do ano de 1964 reforçam essa situação em Santa Catarina, expondo que dos professores atuantes, 20% eram normalistas de 1.º ciclo, 27% normalistas de 2.º ciclo e 53% professores leigos ou não titulados¹⁵⁵.

¹⁵¹ Com a instalação da UFSC, esta faculdade passa a ser a Faculdade de Filosofia e Letras vinculada à esta instituição.

¹⁵² Leda SCHEIBE e Leziany DANIEL, 2002, p. 24.

¹⁵³ Leda SCHEIBE e Leziany DANIEL, 2002, p. 26-27.

¹⁵⁴ O Seminário Sócio-Econômico e seu documento básico foram trabalhados no item 1.4, do primeiro capítulo.

¹⁵⁵ Gladys AURAS, 2002, p. 168-170.

Esta realidade não modificou-se nos dois anos seguintes, e para conferir esta afirmação apresento dados da situação dos PROFESSORES EM EXERCÍCIO NO ESTADO DE SANTA CATARINA referente ao mês de maio de 1966 (UDESC, 1967, p. 30).

NÚMERO DE PROFESSORES POR CATEGORIA	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Particular	TOTAL GERAL
Normalistas	3287	23	382	3692
Regionalistas	3312	227	97	3636
Complementaristas	510	76	20	606
Ginasianos	171	52	41	264
Não Titulados	1874	1130	13	3017
Substitutos	1572	130	9	1711
TOTAL	10726	1638	562	12926

Então, neste momento inicial, a importância da educação é tida como um discurso que se efetivou de maneira ainda precária, tanto em relação à formação de professores no Estado como em relação à qualidade do ensino, mas se efetivou da maneira que a sociedade conseguiu se organizar.

Assim,

“apesar de ter sido apontada como ‘fator imprescindível’ ao projeto de alçar o Estado de Santa Catarina à modernidade, a Escola Normal, não sofreu, na década de sessenta, reformulações de base em sua estrutura e, muito menos, em seu currículo. Sua multiplicação, na versão ‘normal ginásial’, por quase todos os municípios, configurou-se mais como uma forma do Estado desencumbir-se de oferecer outras modalidades de ensino ginásial, para o qual já havia, na época, forte demanda. Tal como era organizada, a Escola Normal, constituía-se na opção mais barata de ensino, tanto ao nível ginásial como colegial (Auras, 2002, p. 177).

Considerações Finais

“... o direito à liberdade de palavra possui pouca substância se, devido à falta de educação, não se tem nada a dizer que vale a pena ser dito, e nenhum meio de se fazer ouvir se há algo a dizer”.

*T. H. Marshall*¹⁵⁶

O movimento de institucionalização da Educação Especial no Estado de Santa Catarina, que ocorreu no período compreendido nas décadas de 1950 e de 1960 está inserido no processo de democratização nacional, com a busca de inserção dos portadores de necessidades especiais na sociedade.

Tal movimento ocorreu pela ação de algumas pessoas que decidiram trabalhar em prol de um melhor atendimento aos considerados portadores de necessidades especiais. Mas também foi uma conquista obtida por meio de pressões do segmento social composto por médicos, psicólogos, professores, empresários, funcionários públicos e voluntários, de lutas que possibilitaram uma ampliação da esfera dos direitos, um alargamento do espaço público.

A primeira iniciativa no âmbito da educação especial no estado de Santa Catarina é marcada pelo incentivo governamental para a realização de um curso de formação de professores para deficientes da audição e da fala oferecido por uma instituição pública no ano de 1954.

A iniciativa do Instituto Nacional e Surdos-Mudos de difundir suas atividades de ensino por todo o país, por meio do auxílio do Ministério da Educação converteu-se no início dos atendimentos aos portadores de deficiência auditiva e fonação em 1957.

¹⁵⁶ T. H. Marshall, 1967, p. 80.

Mesmo sendo de uma forma precária, este atendimento pioneiro tinha o aval da então Secretaria de Educação. Foram os primeiros passos da construção de um ensino antes inexistente, de modo sistematizado e organizado, de construção do Ensino Emendativo, da Educação Especial, que tinha o objetivo de manter a ordem social, de separar os que não se encaixavam nos padrões estabelecidos como normais e de excluir a “anormalidade”, o desvio.

Para cumprir esta finalidade de controlar os “desviados”, é promovida a institucionalização de internatos, escolas e classes especiais que isolam e segregam os considerados “excepcionais”. Instituições estas, caracterizadas por um caráter assistencial.

Assim, com este entendimento predominante nas décadas de 1950-60, a primeira iniciativa de Educação Especial no Estado converte-se na criação da Escola para Excepcionais, que era uma entidade destinada somente à portadores de deficiência mental, por meio da “ajuda” de profissionais do Ensino Emendativo, da primeira dama do Estado, de voluntários e da LBA-Legião Brasileira de Assistência. Outra instituição fundada foi a Associação Santa Catarina de Reabilitação que tinha o objetivo de atender sujeitos vítimas da poliomielite, como sendo o meio de sanar problemas decorrentes da falha do Estado, da falta de políticas públicas de saúde e de saneamento.

Porém, concomitantemente com o surgimento das instituições, o Estado de Santa Catarina evidencia seu interesse, ou melhor, a urgência de proporcionar atendimento aos portadores de necessidades especiais com a criação da Divisão de Ensino Especial na Secretaria de Educação em âmbito estadual, que comportava um setor destinado à área da deficiência visual e outro à área da deficiência de áudio-comunicação (surdos-mudos).

No entanto, as atividades desenvolvidas nesta Divisão apoiadas oficialmente pelo Estado, ainda eram marcadas por iniciativas individuais, isoladas e por um atendimento precário e sem muitos recursos, por serem ações iniciais. Este caráter de voluntarismo presente nos primeiros serviços de atendimento voltadas aos portadores de necessidades especiais é claramente

observado no primeiro atendimento particular em Santa Catarina, que foi a fundação da APAE de Brusque idealizada por um pai de uma criança portadora de deficiência mental, com vistas a encontrar recursos para melhor educá-lo. Desta forma, esta iniciativa concretiza-se como continuação do movimento de expansão nacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que teve início em 1954 na cidade do Rio de Janeiro.

Os atendimentos privados que desenvolveram-se em Santa Catarina foram favorecidos pela LDB 4024/61 que possibilitava o repasse de verbas dos Conselhos Estaduais de Educação para essas entidades filantrópicas e assistenciais sem fins lucrativos. Dessa forma, o Estado contentou-se em “ajudar” estes serviços de atendimento e não alçou como prioridade um investimento para incluir os “excepcionais” na rede regular de ensino.

Esta perspectiva de segregação em locais específicos para o atendimento aos considerados portadores de necessidades especiais consolidou-se com a criação de uma entidade na área da Educação Especial em âmbito estadual, que foi a Fundação Catarinense de Educação Especial, em 1968.

Esta iniciativa foi vista como uma forma de melhorar a qualidade dos serviços, entretanto, sua prática continuou excluindo, isolando e reproduzindo a deficiência. A implantação da Fundação Catarinense de Educação Especial foi o resultado de um processo marcado pelo assistencialismo, pelo voluntariado e pela necessidade de haver um local para separar os que são considerados desviados dos padrões de normalidade impostos pela sociedade, com a finalidade de manter a ordem, o status quo e a consolidação da deficiência.

Como tivemos a possibilidade de constatar nesta dissertação, a institucionalização estimulou uma ampliação da esfera pública aos considerados portadores de necessidades especiais com a retirada dos mesmos de seus esconderijos, conferindo-lhes visibilidade por meio de um atendimento que os tornassem **úteis** segundo os padrões de produção social vigentes.

Todavia, o acesso ao atendimento e a “internação” em instituições não ocorreram de maneira democrática, com o desenvolvimento de uma ação governamental que promovesse acesso igualitário à totalidade da população aos

direitos próprios de todos os cidadãos, como o oferecimento especializado e de qualidade para todos os sujeitos considerados portadores de necessidades especiais.

Esta ampliação das questões democráticas é assumida pelo Estado por meio das pressões dos grupos sociais já referidos, vinculados aos portadores de necessidades especiais, através da busca de atendimentos a suas demandas. Ou seja, o Estado capitalista atende os anseios das classes dirigentes, mas também, ao mesmo tempo, representa as contradições de classes enquanto relação de forças sociais, isto é, “se por um lado o Estado exclui as classes dominadas, por outro, face as necessidades geradas dentro do contexto de acumulação, introduz suas demandas na dinâmica do processo decisório da intervenção estatal” (Oliveira, 1996, p. 18).

Contudo, tanto o atendimento oferecido pelo Estado como o da iniciativa privada também reproduziram e firmaram a deficiência com a consolidação do caráter filantrópico e assistencial de suas respectivas políticas.

Entrevistas

- ✓ Entrevista realizada com o Dr^o Álvaro de Oliveira no dia 14 de junho de 2001.
- ✓ Entrevista realizada com a Professora Alice Nunes Fernandes no dia 18 de junho de 2001.
- ✓ Entrevista realizada com a Psicóloga Nadir Lopes de Almeida no dia 27 de junho de 2001.
- ✓ Entrevista realizada com Sônia Feijó no dia 08 de agosto de 2001.
- ✓ Entrevista realizada com a Professora Alice Nunes Fernandes no dia 11 de setembro de 2001.
- ✓ Entrevista realizada com o Professor Adilson Ventura no dia 25 de setembro de 2001.
- ✓ Entrevista realizada com a Psicóloga Nadir Lopes de Almeida no dia 26 de setembro de 2001.
- ✓ Entrevista realizada com Sônia Feijó no dia 27 de setembro de 2001.

Questionário

- ✓ Questionário enviado para a professora Therezinha Seleme no mês de setembro de 2002 e devolvido em novembro do mesmo ano.
- ✓ Questionário enviado para a professora Iolanda Isabel Pieczarka no mês de outubro de 2002 e devolvido em novembro do mesmo ano.

FONTES DOCUMENTAIS

AEC do Brasil. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional 12**. Rio de Janeiro: Coleção A.E.C. 1968.

APAE DE BRUSQUE. **Capítulo APAE**. Brusque, s.d., mimeo.

APAE DE BRUSQUE. **Centro de Convivência**. Brusque, s.d., mimeo.

APAE DE BRUSQUE. **Instituto de Educação Santa Inês**. Brusque, s.d., mimeo.

APAE DE FLORIANÓPOLIS. **Histórico**. Florianópolis, agosto de 1994, mimeo.

Círculo de Surdos Mudos de Santa Catarina. **Memória**. Florianópolis, s.d., mimeo.

DIÁRIO CATARINENSE. **Governadores de Santa Catarina (1739/1993)**: 254 anos da história catarinense. Florianópolis: RBS Jornal, 25 de novembro de 1993 (edição especial).

ESTADO DE SC. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo governador JORGE LACERDA**. Florianópolis, 15 de abril de 1956.

ESTADO DE SC. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo governador JORGE LACERDA**. Florianópolis, 15 de abril de 1957.

ESTADO DE SC. **2.ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo governador CELSO RAMOS**. Florianópolis, 1962.

ESTADO DE SC. **2.ª Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado pelo governador CELSO RAMOS.** Florianópolis, 15 de abril de 1964.

Federação das APAEs do Estado de Santa Catarina. **Relação de Entidades Filiadas por N.º de Registro.** 25/setembro/2000, mimeo.

Federação Nacional das APAEs. **Estatuto da Federação Nacional das APAEs.** Brasília, s.d.

Federação Estadual das APAEs. **Estatuto da Federação das APAEs do Estado.** S.l., 1994.

Fundação Catarinense de Educação Especial. **A Educação Especial no Estado de Santa Catarina.** São José, s.d., mimeo.

Fundação Catarinense de Educação Especial. **Fundação Catarinense de Educação Especial:** sua história, estrutura e principais realizações. São José, s.d., mimeo.

Fundação Catarinense de Educação Especial. **Política Catarinense de Educação Especial.** São José, 1985, mimeo.

Fundação Catarinense de Educação Especial. **Relatório de Atividades.** São José, 1995-1998, mimeo.

Fundação Catarinense de Educação Especial. **Avaliação do processo de integração de alunos com necessidades especiais na rede estadual de ensino de Santa Catarina no período de 1988-1997.** São José, 2000, mimeo.

IATEL. **Perfil da Instituição**. Florianópolis, 1997, mimeo.

Jornal "A NAÇÃO". Dr. Carlos Moritz na "Semana do Pedágio": "Há dez anos o Instituto Santa Inês vem assistindo e educando as crianças excepcionais do município". Brusque, dia 04 de maio de 1968.

LEI nº 1929, de 6 de dezembro de 1958. In: ESTADO DE SC. **Legislação - 1958**. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1958.

LEI nº 5991, de 26 de dezembro de 1960. Disponível em <http://www.pgt.mpt.gov.br/deficiente/legislação/sp/lei5991.htm>, acessado em 27 de setembro de 2002.

LEI nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. In: AEC DO BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional 12**. 3.^a ed., Rio de Janeiro: Coleção A.E.C, 1968.

LEI nº 3379, de 23 de dezembro de 1963. In: ESTADO DE SC. **Legislação - 1963**. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1963.

LEI nº 4.156, de 6 de maio de 1968. In: ESTADO DE SC. **Legislação - 1968**. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1968.

O ESTADO. **Associação Santa Catarina de Reabilitação**. Florianópolis, 06 de janeiro de 1962 (jornal).

O ESTADO. **Escola para Excepcionais**. Florianópolis, 14 de janeiro de 1962 (jornal).

ESTADO. **Previsto para Breve o Funcionamento da Associação S.C. de Reabilitação.** Florianópolis, 28 de fevereiro de 1962 (jornal).

ESTADO. **Convite.** Florianópolis, 02 de março de 1962 (jornal).

ESC. **Sobre as Condições do Processo Educacional de Santa Catarina.** Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais/Faculdade de Educação, 1967, mimeo.

FERINO, Carlos Eduardo. **Repensando o mito:** a busca de um verdadeiro modelo para a FCEE. Florianópolis, 1992, mimeo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Maria das Dores Daros de. **Plano Estadual de Educação: Concretização das orientações políticas da educação.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFSC, 1984.
- ARRETCHE, Maria T. S. Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas. **BID**, Rio de Janeiro, n. 39, 1.º semestre 1995, p. 3-40.
- AURAS, Gladys Teives. Entre o discurso e a prática: um olhar sobre a Escola Normal Catarinense nos anos sessenta. In: DAROS, Maria da Dores (Orgs.). Formação de Professores em Santa Catarina. **Série Pesquisas**. Florianópolis, NUP/CED, n. 1, 2002, p: 165-178.
- BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, Lucídio e FREIRE, Ida Mara (Orgs.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. 3.ª ed., São Paulo: Papyrus, 1998.
- BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993.
- BUENO, José Geraldo Silveira. A produção social da identidade do anormal. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez: USF, 1997.
- BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesas. In: BUFFA, Ester *et al.* **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 10.ª ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 11-30.

CABRAL FILHO, Pedro. **A Constituição da Escola Básica Municipal Beatriz de Souza Brito: 1935-1992.** Dissertação de Mestrado em Educação, UFSC, 1998.

CAMBAÚVA, Lenita Gama. **Análise das bases teórico-metodológicas da educação especial.** Dissertação de Mestrado em Educação, PUC/SP, 1988.

CARVALHO, Rosita Edler. A política da educação especial no Brasil. **Em Aberto.** Brasília, ano 13, n. 60, p. 93-102, out./dez. 1993.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial.** Rio de Janeiro: WVA Editora, 1998.

CEAG/SC. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina:** Estudo das alterações estruturais (século XVII-1960). Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CRUZ Vermelha Brasileira. **Cruz Vermelha:** Sinopse Histórica. Florianópolis, 1990.

COELHO, Maria da Graça. **O Serviço Social em Florianópolis e na Segurança Pública.** Florianópolis: IOESC, 19—.

COELHO, Maria da Graça. **O Serviço Social na Educação.** Florianópolis: Governo Esperidião Amin, 198—.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania, Democracia e Educação. **Idéias.** São Paulo: FDE, n. 24, 1994, p. 13-26.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação como Desafio na Ordem Jurídica. In: Eliane Lopes, Luciano Mendes e Cyntia Veiga (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

DA ROS, Silvia Zanatta. Política Nacional de Educação Especial: Considerações. **Cadernos CEDES**. Campinas, n. 23, 1989, p. 23-28.

DA ROS, Silvia Zanatta. **Pedagogia e Mediação em Reuven Feuerstein**: o processo de mudança em adultos com história de deficiência. São Paulo: Plexus, 2002.

DUTRA, Alzira Hesmann; PEREIRA, Luzête Adelaide e AURAS, Marli. A questão do Avanço Progressivo na Educação Catarinense. **Cadernos do CED**. Florianópolis, UFSC, ano I, n. ½, Especial, 1984, p. 17-110.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**: As Funções da Previdência e da Assistência Social. 6.ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FEIJÓ, Sônia. Prof. Manoel Feijó, meu pai. **Boletim Informativo da FCEE**. São José, n. 5, maio de 1988.

FERNANDES, Alice Nunes. O ensino especial em Santa Catarina: um enfoque histórico. **Boletim Informativo da FCEE**. São José, ano III, n. 18, maio de 1979.

FORMIGHIERI, Cléa L. N. **O serviço social atuando junto a comunidade funcional da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE.** Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social. Florianópolis, 1979, mimeo.

FRAGA, Renilde. **Contribuição de Helena Antipoff.** Disponível em <http://www.econnect.com.br/users/renildefraga/helena.htm>, acessado em 03 de julho de 2001.

Fundação Catarinense de Educação Especial. Qualquer coisa é melhor que coisa alguma. **Vivência.** Santa Catarina, n. 14, p. 18-19, sem ano.

Fundação Catarinense de Educação Especial. “Adilson Ventura: ‘O mais completo centro de reabilitação visual da América Latina vai ser implantado na FCEE’”. **Vivência.** Santa Catarina, n. 6, p. 12-14, 2.º semestre de 1989.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. **A Fundadora.** Disponível em <http://www.fundacaodorina.org.br/fundacao/fundadora.asp>, acessado em 27 de agosto de 2002.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Interações voltadas à cidadania e à filantropia na escolarização de sujeitos que apresentam seqüelas motoras.** Dissertação de Mestrado, UFSC, 1998.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **A Proposta de Expansão da Educação Profissional: uma questão de integração?** ANPED, 2001, CD ROOM.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Volume 1, 2.ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 16.^a ed. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 6.^a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- JANNUZZI, Gilberta. Por uma lei de diretrizes e bases que propicie a educação escolar aos intitulados deficientes mentais. **Cadernos CEDES**. Campinas, n. 23, 1989, p. 17-28.
- JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. 2.^a edição, São Paulo: Editora Autores Associados, 1992.
- JANNUZZI, Gilberta. Políticas sociais públicas de educação especial. **Vivência**. Santa Catarina, n. 12, p. 24-25, 1993 (25 anos da FCEE).
- JANNUZZI, Gilberta. As políticas e os espaços para a criança excepcional. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez: USF, 1997.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Liberalismo, neoliberalismo e educação especial: algumas implicações. **Cadernos CEDES**. Campinas, ano XIX, n. 46, set./1998, p. 16-26.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência Múltipla e Educação no Brasil**: discurso e silêncio na história de sujeitos. São Paulo: Editora Autores Associados, 1999.
- KIRK, Samuel A. e GALLAGER, James J. **Educação da criança excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KOERICH, Maria Helena. **A pessoa deficiente.** Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social. Florianópolis, 1984, mimeo.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e Trabalho:** redimensionando o singular no contexto do universal. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2000.

LAUS, Sônia. **A UDN em Santa Catarina (1945-1960).** Dissertação de Mestrado em História, UFSC, 1985.

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília, 65 (150): 255-72, maio/ago 1984, p. 255-272.

MARQUES, Carlos Alberto. **A construção do anormal:** uma estratégia de poder. ANPED, 1996, CDROOM.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Jaha Editores, 1967.

MAZZOTTA, Marcos J. S. Política Nacional de Educação Especial. **Cadernos CEDES.** Campinas, n. 23, 1989, p. 5-15.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MEC. Ensino de Excepcionais. **In: Ementário da Legislação Federal no Brasil.** Parte II, 2.º v., Ensino e Cultura (1930-1967). Rio de Janeiro, Serviço de documentação, 1969.

MICHELS, Ido Luiz. **Uma crítica à economia política catarinense.**

Dissertação de Mestrado em Economia, UFPB, 1993.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Assistência Social:** do discurso do Estado à prática do Serviço Social. 2.^a ed., Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e modernização** (Um estudo de modernização em Florianópolis). Florianópolis: Lunardelli, s.d.

PEREIRA, Nereu do Vale *et al.* **Ensaio sobre sociologia e desenvolvimento em Santa Catarina.** Santa Catarina: Edeme, 1971.

PESSOTTI, Isaiás. **Deficiência mental:** da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. A Mestra Helena Antipoff. V. 57, n. 126, abr./jun. 1972, p. 346.

ROBBINS, Stanley L. *et al.* **Patologia estrutural e funcional.** 5.^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 25.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

ROUQUAYROL, Maria Zélia. **Epidemiologia e Saúde.** 4.^a ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Manual do Professor Primário.** 4.^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

- SAVIANI, Dermeval. Educação, cidadania e transição democrática. In: COVRE, Maria de Lourdes M. (Org.). **A cidadania que não temos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 73-83.
- SCHEIBE, Leda e DANIEL, Leziany Silveira. Formação docente para a educação básica: um desafio para o Ensino Superior no século XXI. In: DAROS, Maria da Dores (Orgs.). Formação de Professores em Santa Catarina. **Série Pesquisas**. Florianópolis, NUP/CED, n. 1, 2002.p; 11-34.
- SCHMITZ, Sérgio. **Planejamento Estadual**: a experiência do PLAMEG. Florianópolis: Editora da UFSC: FESC/UDESC, 1985.
- SILVA, Adriane Giugni da. **O Movimento Apaeano no Brasil**: um estudo documental (1954-1994). Dissertação de Mestrado em Educação, PUC/SP, 1995, mimeo.
- SILVA, Elizabeth Farias da. **Ontogenia de uma Universidade**: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980). Tese de Doutorado, USP, 2000.
- SILVA, Mônica Apolônio. **A cidadania em T. H. Marshall** (uma contribuição à crítica da cidadania liberal). ANPED. Florianópolis: UFSC/CED, 1998, CD ROOM.
- SILVA, Valdir Alvim da. **Poder Político e políticas públicas**: inventário político do poder oligárquico em SC: uma história de dominação de classe. Dissertação de Mestrado em Administração, UFSC, 1996.
- SILVA, Vilmar. **A Luta dos Surdos pelo Direito à Educação e ao Trabalho**: Relato de uma Vivência Político-Pedagógica na Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Educação, UFSC, 2001.

- SOARES, Maria Aparecida Leite. **A Educação do Surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, Bragança Paulista: EDUSF, 1999.
- SOCIEDADE PESTALOZZI DO BRASIL. **Helena Antipoff**, um marco na educação brasileira. Disponível em <http://www.pestalozzibrasil.com.br>, acessado em 13 de junho de 2001.
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira *et al.* **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 4.^a edição, São Paulo: Cortez, 1989.
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (Org.). **A Assistência Social no Brasil: 1983-1990**. São Paulo: Cortez, 1991.
- TOMASINI, Maria Elisabete Archer. **Educação Especial e Deficiência Mental: da extração do saber ao exercício do poder**. Dissertação de Mestrado em Educação, UFSC, 1994.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Histórico**. Disponível em <http://www.ufsc.br/paginas/subpaginas/historico.htm>, acessado em 11 de abril de 2002.
- VERONESI, Ricardo. **Tratado de Infectologia**. São Paulo: Ed. Atheneu, 1996.

Anexos

ANEXO 1

JORNAL "A VERDADE" - 1957¹⁵⁷

(Noticiário Distribuído pela Diretoria de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura).

1957
**Ensino de Surdos-
 Mudos**

Na próxima quinta-feira, dia 2 de maio, começará a funcionar no Grupo Escolar Dias Velho, à rua Nereu Ramos, nesta Capital, a Primeira Classe de ensino de surdos-mudos, regida pelas professoras que ultimamente terminaram seu curso de especialização.

A classe funcionará de início no horário de 9 às 11,30 horas, podendo, depois ajustar-se com os interessados qualquer modificação de horário que pareça conveniente.

As inscrições de crianças para esta classe poderão ser feitas no próprio Grupo Escolar Dias Velho.

(Noticiário distribuído pela Diretoria de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura).

A VERDADE

Ensino de Surdos-Mudos

Na próxima quinta-feira, dia 2 de maio, começou a funcionar no Grupo Escolar Dias Velho, à Rua Nereu Ramos, nesta Capital, a primeira classe de ensino de surdos-mudos, regida pelas professoras que ultimamente terminaram seu curso de especialização.

A classe funcionará de início no horário de 9 às 11,30 horas, podendo depois ajustar-se com os interessados qualquer modificação de horário que pareça conveniente.

A inscrição de criança para esta classe poderá ser feita no próprio Grupo Escolar Dias Velho.

(Noticiário Distribuído pela Diretoria de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura. „ „)

ANEXO 2**LEI N. 1929, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1958¹⁵⁸**

Dispõe sobre o ensino emendativo, cria cargos no Quadro de Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo e dá outras providências

O Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O ensino emendativo destina-se às crianças e adolescentes que, por suas condições individuais, não possam freqüentar, com proveito, as escolas de ensino comum (anômalos do físico e da inteligência) ou cujas condições não aconselhem o seu convívio com alunos destas escolas (anômalos de caráter).

Art. 2º - O ensino emendativo visa adaptações ao meio social, tendo por objetivo habilitar o aluno à prática de um trabalho ou profissão com que possa prover à própria subsistência.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar escolas para anômalos do físico (débeis, cegos, surdo-mudos, amputados) ou classes especiais, anexas às escolas comuns, onde alunos dessa categoria possam receber ensino adequado.

Parágrafo único - As classes especiais a que se refere este artigo poderão destinar-se, também, a ambliopes, semi-murdos e portadores de defeitos de prolação e, bem assim, a tracomatosos.

Art. 4º - Nos Grupos Escolares de matrícula superior a quinhentos (500) alunos, poderão ser organizadas classes paralelas, para que os alunos deficitários de inteligência possam receber ensino, de acordo com um programa compatível com o seu desenvolvimento, dentro do prazo de escolaridade normal.

¹⁵⁸ ESTADO DE SC. **Legislação - 1958**, p. 73-74, acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único – Os alunos deficitários de inteligência deverão ser encaminhados, na escola ou pela escola, mediante atendimento com a família, para o aprendizado de profissões manuais.

Art. 5º - Ficam criados, no Quadro de Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo, seis (6) cargos isolados, de provimento efetivo, de Professor de Ensino Emendativo, padrão I-9.

Parágrafo único – Os cargos criados por êsse artigo serão providos mediante livre escolha do Chefe do Poder Executivo, dentre professôres primários portadores de certificado de curso de especialização em qualquer dos ramos do ensino emendativo, expedido por Instituto ou Estabelecimento oficial ou reconhecido.

Art. 6º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a expedir os regulamentos que foram necessários à perfeita execução da presente lei.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta lei serão atendidas por crédito especial, que o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a abrir, por conta da arrecadação do corrente exercício.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria da Educação e Cultura assim a faça executar.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 6 de dezembro de 1958.

HERIBERTO HÛLSE
Paschoal Gomes Librelotto
Paulo Henrique Blasi
Hercílio Deeke
Giorgio Salussoglia
Heitor Ferrari
Celso Ivan Costa
Clodorico Moreira

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos seis dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinqüenta e oito.

Gustavo Neves, diretor.

ANEXO 3**LEI N. 5.991 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1960¹⁵⁹**

Dispõe sobre o ensino de cegos e amblíopes, e dá outras providências

Art. 1º – O ensino de cegos e amblíopes será promovido, pelo Poder Executivo, mediante:

- I – criação de classes “Braille” de “Conservação da Vista para Amblíopes”, de “Ajustamento”, de “Especiais para Cegos”; e
- II – ensino itinerante.

Art. 2º – As classes “Braille” serão localizadas em estabelecimentos que mantenham cursos pré-primário, primário ou médio em geral, e se destinam à assistência de alunos que, freqüentando esses cursos apresentem:

- I) – ausência total de visão ou acuidade visual não excedente a 6-60 pelos optótipos de Snellen (0,1) no melhor olho, após correção ótica;
- II) – campo visual ou menor a 20 graus no melhor olho.

§1º a transcrição das provas e trabalhos escritos dos alunos cegos, para a escrita comum, ficará a cargo dos respectivos regentes.

§2º As classes de “Conservação da Vista para Amblíopes” serão localizadas em estabelecimentos que mantenham cursos pré-primário, primário, complementar, secundário e de formação profissional em geral ou em escolas residenciais, e destinam à assistência de alunos cuja acuidade visual esteja entre 6/60 (0,1) a 18/60 (0,3).

§ 3º As classes de “Ajustamento” serão criadas junto às escolas residenciais e instituições de ensino oficiais ou particulares destinando-se ao ensino de crianças cegas e amblíopes com deficiências adicionais.

§ 4º As classes “Especiais” serão localizadas em escolas residenciais ou particulares destinando-se ao ensino de crianças cegas e amblíopes dos cursos pré-primário e primário.

¹⁵⁹ Disponível em <http://www.pgt.mpt.gov.br/deficiente/legislação/sp/lei5991.htm>, acessado em 27 de setembro de 2002.

Art. 3º – O ensino integrante se destina aos estabelecimentos oficiais ou particulares que, necessitados dessa assistência especializada, não tenham número de alunos julgado suficiente para a instalação das classes a que se referem os artigos anteriores.

Art. 4º – O provimento dos cargos de regente de classes referidas nos artigos anteriores e dos reservados às funções de professor itinerante será feito mediante concurso de títulos e provas, ao qual só poderão concorrer professores primários, portadores de certificado de especialização, para o ensino de cegos, expedido por Instituto de Educação de Ensino.

Parágrafo único. Ao concurso de que trata este artigo poderão concorrer também professores primários amblíopes ou cegos.

Art. 5º – Nos casos de transferência ou supressão de classes, os respectivos professores serão aproveitados para a regência de classes equivalentes vagas em qualquer outra região escolar do Estado ou para o exercício das funções de professores itinerante.

Art. 6º – As substituições nas classes a que se refere esta lei serão efetuadas por candidatos que preencham as mesmas condições estatuídas para os regentes efetivos de acordo com escala a ser organizada, anualmente, pelo Departamento de Educação.

Art. 7º – Os regentes de classes e os professores itinerantes a que alude a presente lei farão jus, quando em efetivo exercício, ao “pro-labore” de Cr\$3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais, ficando obrigados à prestação de 24 (vinte e quatro) horas semanais de trabalho.

Art. 8º – Enquanto o Governo não organizar serviço próprio para a supervisão do ensino e educação de cegos e amblíopes, o Poder Executivo, poderá firmar

convênio com instituição especializada para a execução total ou parcial desta lei, sob a fiscalização do Departamento de Educação.

Art. 9º – Fica o Poder Executivo autorizado a destinar, para a regência de classes e para o exercício das funções de professor itinerante, de que trata esta lei, 40 (quarenta) cargos de Professor Primário, referência numérica 30, da Tabela I, da Parte Permanente, do Quadro de Ensino.

Art. 10. Os ocupantes de cargos de Professor Primário, atualmente postos à disposição de estabelecimentos oficiais ou particulares, para a regência de “Classes Braille”, poderão, mediante proposta do Departamento de Educação, e desde que contem mais de 3 (três) anos de exercício e sejam portadores de certificado de especialização em ensino de cegos, expedido pelo Instituto de Educação “Caetano Campos”, ser dispensados da regência das classes de ensino primário comum e transferidos para as de ensino especializado para cegos ou para as funções de professor itinerante referidas na presente lei.

Parágrafo único. Os atuais extranumerários, contratados para a regência de “Classes Braille” e ensino itinerante e que se encontrem em exercício nesta data, poderão, mediante proposta do Departamento de Educação, se aproveitados, em caráter efetivo, nos cargos de Professor Primário a serem destinados, nos termos do artigo 9º, ao ensino especializado de cegos e amblíopes desde que preencham as condições estatuídas no presente artigo para os professores primários efetivos.

Art. 11º. As despesas com a execução desta lei correrão à conta da verba n.º 159-8.93.4 do orçamento.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO 4

Relação das APAEs fundadas no Estado de Santa Catarina, nas décadas de 50 e 60.

CIDADE	FUNDAÇÃO
Brusque	14/09/55
Florianópolis	12/08/64
Blumenau	25/03/65
Lages	26/06/65
Joinville	04/04/66
Tubarão	25/07/66
Rio do Sul	16/10/66
Criciúma	17/07/68
Itajaí	12/10/69

FONTE: Relação de Entidades Filiadas por Nº de Registro da Federação de APAEs do Estado de Santa Catarina.

ANEXO 5**LEI N. 4156, DE 6 DE MAIO DE 1968¹⁶⁰**

Institui a Fundação Catarinense de
Educação Especial e dá outras
providências.

O Governador do Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes dêste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica instituída a Fundação Catarinense de Educação Especial (F.C.E.E.), com o caráter de órgão central e com incumbência de, atendidos os termos do sistema Estadual de Ensino (lei n.3.191 de 8 de maio de 1963, artigos 103 a 106), planejar, orientar, supervisionar e realizar a educação de excepcionais, bem como:

- a) proporcionar a formação e o treinamento de pessoal especializado em educação e assistência ao excepcional e estimular a realização de estudos e pesquisas referentes aos problemas que lhes são próprios;
- b) estudar e promover a criação de centros ocupacionais e de preparação profissional, onde o excepcional possa adestrar-se e adquirir habilidades que lhe permitam participar do mercado de trabalho;
- c) promover conferências, seminários e cursos, visando à formulação de princípios técnicos necessários às diretrizes da educação especial;
- d) articular-se com órgãos públicos e privados que, direta ou indiretamente, tenham ligação e afinidade com os seus objetivos;
- e) interessar-se pela concessão de assistência médica, psicológica, econômica e social ao excepcional.

§ 1º – Na programação inicial das suas atividades, a Fundação dará prioridade à instalação, na Capital do Estado, de estabelecimento destinado a atender crianças excepcionais.

¹⁶⁰ ESTADO DE SC. **Legislação - 1968**, p.46-50. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

§ 2 - A educação do excepcional realizar-se-á objetivando possibilitar-lhe recuperação, ingresso na escola comum e adaptação ao meio social, segundo os diversos graus de retardamento.

§ 3º - Na medida das possibilidades, enquanto não fôr implantado estabelecimento especial, a Fundação cuidará também, da educação dos deficientes sensoriais (cegos e surdos).

Art. 2º - Para os efeitos desta lei considera-se excepcional a criança, cujo desenvolvimento mental, avaliado por exame psicológico, é retardada, ou a que revele deficiência funcional, total ou parcial, não estando, portanto, apta a ser educada na escola comum.

Art. 3º - Sem prejuízo de outros sistemas ou práticas educacionais, previstas ou não nesta lei, a Fundação, para atingir seus objetivos:

- a) tomará a iniciativa de organizar e ministrar cursos para professores de classes especiais mediante convênio com a Secretaria de Educação e Cultura, ou com outros órgãos, públicos ou privados, capacitados a operar no setor de ensino;
- b) propagará a criação e instalação de escolas especiais com regime de semi-internato, para isso, interessando as comunidades e o Poder Público da municipalidade designada para sedes dêsses estabelecimentos;
- c) providenciará o recolhimento, mediante triagem rigorosa, em estabelecimento adequado de crianças retardadas mentais que, em virtude do baixo quociente intelectual e desordem de conduta, não puderem permanecer em suas residências, nem freqüentar as classes especiais.

§ 1º - A Fundação no cumprimento dos seus objetivos, não substituirá a iniciativa privada, procurando, notadamente, suplementá-la, razão por que a instalação de classes ou de estabelecimentos especiais (letra "b" e "c" dêste artigo), em qualquer região do Estado, fica condicionada à própria organização de sociedade civil regular de pais e amigos dos excepcionais, ou congênere, à

qual serão deferidas responsabilidades próprias e permanentes na manutenção e desenvolvimento dos serviços implantados.

§ 2º – A criação de estabelecimento ou classe especial será, ainda, precedida de levantamento realizado pelas autoridades escolares, através de inquéritos específicos preparados pela Fundação.

§ 3º – O atendimento nos estabelecimentos especiais (§1º do art. 1º e letra “c” dêste artigo) dependerá de exame adequado, realizado pelo setor competente da Fundação.

Art. 4º – A instalação e funcionamento dos estabelecimentos especiais a que se refere o §1º do art. 1º e letra “c” do artigo 3º, obedecerão aos princípios da técnica moderna para essa modalidade de estabelecimento, devendo contar com pessoal técnico, administrativo e auxiliar necessário à plena adequação de ensino e tratamento.

Parágrafo único – Os professôres das classes especiais deverão possuir curso ou estágio especializado para essa modalidade de educação.

Art. 5º – A Fundação gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição dos seus atos constitutivos do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

§ 1º – O representante do Estado nos atos constitutivos da Fundação, será o Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo (PLAMEG), que comparecerá àqueles por mandatário constituído pelo seu titular.

§ 2º – A Fundação, respeitada a legislação federal pertinente, reger-se-á pelos Estatutos aprovados por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º – O patrimônio da Fundação será constituída de:

- a) acêrvo atual de bens e serviços dos órgãos públicos, destinados à educação do excepcional;
- b) dotação orçamentária do Estado;
- c) subvenção da União e Municípios;

- d) doações e contribuições de pessoas de direito público e privado, nacionais ou estrangeiros, inclusive de entidades internacionais ou intergovernamentais;
- e) rendas do seu patrimônio ou resultantes da prestação de serviços, em qualquer dos campos da sua competência.

Parágrafo único – Para constituir o patrimônio inicial da Fundação, fica o Poder Executivo autorizado a emitir em seu favor uma apólice inalienável, no valor de mil (1000) vezes o menor vencimento da escala padrão de vencimentos do funcionalismo estadual em vigor na data da publicação desta lei, que renderá juros de 5% (cinco por cento) ao ano.

Art. 7º – A Fundação terá organização compatível e estrutura administrativa seguinte:

Conselho Diretor;

Direção executiva;

Direção Técnica.

Art. 8º – O conselho diretor será constituído de:

- a) Um representante do Governo do Estado, que exercerá a Presidência;
- b) Um representante da Secretaria de Educação e Cultura, seu Vice-presidente;
- c) Um representante do Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo (PLAMEG);
- d) Um representante da Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC);
- e) Um representante da Legião Brasileira de Assistência, Diretoria Estadual de Santa Catarina;
- f) Um representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis (APAE);
- g) Diretor técnico da Fundação;
- h) Diretor executivo da Fundação, seu secretário.

§ 1º – Ao Conselho Diretor compete:

- a) elaborar o próprio regimento, bem como expedir os regulamentos dos órgãos e serviços da Fundação;
- b) elaborar anualmente o projeto de orçamento sintético da Fundação e expedir o orçamento analítico;
- c) elaborar anualmente o quadro de pessoal da Fundação, bem como a tabela salarial, submetendo-os à aprovação do Governador do Estado;
- d) encaminhar anualmente ao Governador do Estado, as contas da Fundação, elaboradas de acordo com as normas de contabilidade pública para serem incorporadas às do Poder Executivo;
- e) aprovar a criação de órgãos e serviços, bem como auxiliar as subvenções a entidades dedicadas à educação de excepcionais;
- f) opinar sobre todos os assuntos técnicos e administrativos submetidos ao seu exame e consideração;
- g) exercer outras atividades próprias do órgão superior, bem como as definidas nos estatutos e regulamentos.

§ 2º – O Conselho Diretor, acrescido de um representante do Tribunal de Contas do Estado e excluídos os membros mencionados nas letras “g” e “h” deste artigo, terá também as funções do conselho curador, encarregado de examinar as contas da Fundação na forma estabelecida em regulamento e na conformidade das normas de direito financeiro vigente.

§ 3º – Os membros do Conselho Diretor, com qualidade de representantes, cumprirão mandato bienal, permitida a recondução.

Art. 9º – Ao Diretor Executivo, nomeado em comissão pelo Governador do Estado dentre pessoas de reconhecida capacidade e experiência no campo da administração pública, compete administrar a Fundação, representando-a ativa e passivamente, atendidos a lei e os estatutos.

§ 1º – A direção distribuirá os seus serviços entre as seguintes subdivisões:

- a) Gabinete;
- b) Secretaria;

c) Serviços de contabilidade e orçamento.

§ 2º – A contabilidade da Fundação, bem como o controle interno da execução do seu orçamento, caberá à Contadoria Geral do Estado, através da seccional, que funcionará na sede da entidade, com as atribuições definidas nos regulamentos próprios.

§ 3º – A Secretaria, além dos encargos comuns, incumbe prover os setores de comunicação, documentação, pessoal, material e zeladoria, definidos nos regulamentos próprios.

Art. 10º – O diretor técnico, será admitido pela Fundação, dentre pessoas de notória capacidade e experiência no campo da educação especial, mediante indicação de dois terços dos membros do Conselho diretor, excluídas as relatadas nas letras “g” e “h” do art. 8º e após autorização do Governo do Estado.

Parágrafo único – Ao diretor técnico, cujas funções serão consideradas de confiança, compete a direção e a supervisão das atividades da Fundação com o conselho diretor e a direção executiva.

Art. 11º – O pessoal da Fundação será constituído, em especial, do servidor requisitado do serviço público e excepcionalmente de contratados sob regime jurídico da Consolidação das Leis de Trabalho.

§ 1º – Para fins deste artigo, será baixado edital e aberta inscrição de pessoal interessado em prestar serviços à Fundação, em cada Inspeção Regional de Educação.

§ 2º – De posse das inscrições, que serão acompanhadas de questionário preenchido pelos interessados, conforme modelo elaborado pela Direção técnica, esta providenciara entrevista com os interessados, encaminhando ao órgão competente a relação dos aprovados, para que sejam baixados os atos de disposição ou designação, segundo os critérios de conveniência da Fundação.

§ 3º – A Fundação ministrará aos servidores de que trata o parágrafo anterior um treinamento intensivo para imediato início das atividades.

§ 4º – o tempo de serviços prestados à Fundação pelo pessoal requisitado na forma deste artigo, será computado como de efetivo serviço público, para todos os efeitos legais.

§ 5º – O pagamento dos vencimentos e vantagens do pessoal requisitado, ocorrerá por conta dos órgãos de origem, devendo a Fundação encaminhar-lhes mensalmente o respectivo atestado do exercício.

Art. 12º – Os salários de pessoal da Fundação manterão paridade com os do funcionalismo em geral e constarão da tabela anualmente proposta pelo conselho diretor ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 13º – A educação do excepcional, em classes ou estabelecimentos especiais, aplicável através de normas fixas pela Secretaria da Educação e Cultura, constará de programa especial, ouvido o Conselho Estadual de Educação.

Art. 14º – O poder executivo, abrirá os créditos necessários e especiais para execução da presente lei.

Art. 15º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura assim a faça executar.

Palácio do Governo em Florianópolis, 6 de maio de 1968.

IVO SILVEIRA

Norberto Ulyssea Ungaretti, Galileu Graveiro de Amorim, Ivan Luiz de Mattos, Antonio Fogaça de Almeida, João Paulo Rodrigues, Antonio Muniz de Aragão, Serafim Ennos Bertaso, Adayr Mercolia, Dib Cherem

Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça aos 14 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito.

Antonieta de Medeiros Vieira - Diretor